

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e vinte e dois.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos iniciar a Sessão da Assembleia Municipal.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos que apresentou a respetiva justificação.

Igualmente o Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

Também a Sra. Deputada Dra. Vera Lúcia Mendes da Cunha não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pela Sra. Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra.

Igualmente, a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pela Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes.

O Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Nuno Gonçalo Mendes Santos, não está presente e foi substituído pelo Tesoureiro da Junta, Dr. Rui Miguel de Almeida Pereira.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pela Tesoureira da Junta, Dra. Ana Margarida Madeira Guilherme Lopes.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. José Manuel Matias da Cruz, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento para Atribuição de Apoios a Agregados Familiares Carenciados.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, da proposta de Recursos a Transferir para as Freguesias, em 2023, que acompanham as novas competências transferidas.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Como sabem falei à última Sessão da Assembleia Municipal devido à votação do Orçamento na Assembleia da República. Hoje tenho um compromisso com o povo Oliveirense, por ser o Presidente da Assembleia Municipal, e ainda fui eleito Presidente da Assembleia Municipal antes de ser Deputado e, por isso, estou aqui para honrar o compromisso que o povo de Oliveira do Hospital me deu.

Sempre defendi que as Sessões da Assembleia Municipal deveriam ser à sexta-feira. Gostaria de vos colocar a seguinte pergunta e aceito democraticamente a vossa opinião: Há algum problema para que as nossas Assembleias passassem a começar às dezasseis horas de sexta-feira?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia que fez a seguinte intervenção:

“Vou ser repetitivo mas vou relembrar: Durante doze anos o Partido Socialista bateu-se e lutou nesta Assembleia Municipal para que as Sessões se realizassem ao sábado. Devido aos atuais constrangimentos do Sr. Presidente da Assembleia Municipal que terá regularmente compromissos na Assembleia da República a proposta que faço é que se realizem as Sessões da Assembleia Municipal ao sábado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Não iria tão longe como o Deputado Francisco Garcia, apesar de defender algo idêntico, mas diria, porque não, se estamos a mudar o horário, mudar para as seis horas da tarde porque é um horário quase pós-laboral. Deixa de haver o constrangimento que sempre foi tido em conta por alguns Deputados desta Assembleia Municipal, de ser à noite e de se estender para muito tarde, mas, ao mesmo tempo, creio que podemos potenciar e ter mais público porque acho que é aquilo que é necessário, é haver maior envolvimento na Assembleia Municipal, e também creio que serviria aos intentos de agenda do Sr. Presidente da Assembleia.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Os constrangimentos que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal está a ter nós já os tivemos há muito tempo. Há muito tempo que reclamamos pela alteração da hora porque realmente é constrangedor para todos. Todos nós temos que faltar ao trabalho e temos que alterar os nossos compromissos para podermos estar aqui.

Agora, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que chegou onde nós estivemos durante estes anos todos, percebeu o constrangimento que é termos que andar a adiar a nossa vida em função das reuniões da Assembleia Municipal. Este constrangimento que o Senhor está a ter nós já o tivemos nestes últimos anos. Desde que cá estou que alertei que o horário não era benéfico para a democracia de Oliveira do Hospital e, hoje, então, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal lembrou-se porque agora é Deputado da Nação e tem outras responsabilidades.

Sr. Presidente, a ter que mudar, concordo com o Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, e mudamos para as seis da tarde ou para as sete da tarde para que todos nós já tenhamos saído do nosso trabalho e possamos estar aqui já depois das nossas tarefas feitas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta questão, penso que não vale a pena, nem adiantará muito, no meu entender, estarmos, agora, aqui, e cada um por si, a dirimir esta ou aquela razão. Penso que seria bom, de uma vez por todas, e já que estamos praticamente no início de um mandato, deveríamos trazer aqui, numa próxima Sessão da Assembleia Municipal, e até podemos fazer uma votação com ideias bem construídas e mais sólidas acerca deste assunto.

O Presidente da Assembleia Municipal tem o constrangimento que há pouco acabou de referir e até sugeriu as quatro horas da tarde de sexta-feira. A mim, não me parece mal, e até me parece bem, porque se viermos para uma Sessão da Assembleia Municipal às quatro horas da tarde já lhe daria a ele algum espaço de manobra.

Acho que deveríamos assentar algumas ideias sobre esta matéria e, de uma vez por todas, definirmos, para este mandato, qual o melhor horário para a realização das Sessões da Assembleia Municipal. Temos cinco Sessões da Assembleia Municipal por ano, podendo haver também Sessões Extraordinárias. Penso que toda a gente sabe antecipadamente em que meses se realizam as

Sessões da Assembleia Municipal, e normalmente são realizadas no final do mês, e acho que as pessoas têm muito tempo para programarem a sua vida. Aquilo que sugeria era que na próxima Sessão da Assembleia Municipal trouxéssemos ideias firmes e claras e pudéssemos fazer uma votação acerca deste assunto.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Acho que a solução é muito simples: Quando vejo aqui bancadas a denegrir a imagem de um Deputado, que nos honra em todo o distrito, porque queremos uma adaptação da atividade de Deputado da Nação à atividade de Presidente da Assembleia Municipal, isto é muito esquisito, claramente.

Percebo o vosso problema, porque em toda a zona não conseguiram eleger ninguém, nem têm ninguém, mas não tragam isso para aqui, se fizerem o favor!

As quatro horas da tarde, acho que é a hora indicada, por uma razão muito simples: Se vocês se lembram quando tínhamos Assembleias Municipais às nove horas da noite saíamos daqui às cinco ou às sete da manhã e, isso, não pode ser. Está a propor-se o horário para começar às seis horas da tarde e isso é para despachar e não deixar ninguém falar porque depois queremos todos ir embora.

Meus amigos, o Deputado Carlos Maia também já referiu que são cinco Sessão por ano e, por isso, organizem-se e estejam cá!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Creio que estamos a fazer uma tempestade num copo de água e já estamos a extrapolar aquilo que é a exata questão que nos trouxe aqui.

Ponto um: Quem propõe a alteração é o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e não é a oposição.

Ponto dois: Creio que os horários não devem ser imutáveis. Nada nos obriga a ter horários e datas para a realização das Assembleias.

Portanto, de acordo com os interesses da Assembleia, e de acordo com os interesses do Concelho, devemos estar abertos para alterar os dias e a hora para fazer as reuniões.

Depois, há uma proposta no concreto: Quatro horas da tarde.

A mim, parece-me mal! Preferia, como já foi dito, aqui, que fosse ao fim da tarde e porquê? Porque não corta a tarde a meio e as pessoas que trabalham já não têm o constrangimento de pedir autorização aos patrões para poderem vir para a Assembleia.

Portanto, creio que era mais razoável se fosse às seis horas da tarde, ou às seis e meia. Mas, vamos lá ver, temos que pôr em cima da mesa, sempre, o interesse do Concelho e o interesse do funcionamento da Assembleia.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar queria dizer o seguinte: Sr. Deputado Carlos Inácio, eu, aqui, sou Deputado Municipal. Deputado da Assembleia da República sou na Assembleia da República, e que isto também fique claro!

Como eu disse, o meu primeiro compromisso é com o povo Oliveirense que me elegeu e se eu tiver que faltar, e como sabem isto é trabalho político, está justificado e não há grande problema, se bem que, ainda na última Sessão, eu fui sensibilizado pelo líder do Grupo Parlamentar que havia uma votação do Orçamento e era importante a minha presença e, por isso, tive que fazer uma opção.

Dizer também ao Sr. Deputado João Brito que acho que não percebeu algumas coisas mas também temos dificuldade às vezes de percebermos as nossas linguagens porque elas são diferentes.

Eu disse que manteria a hora se fosse o entendimento de todos. Eu não cheguei aqui com uma posição de força e disse que gostava de ser coerente porque tinha defendido uma coisa e, agora, propunha outra, e, por isso, sou o primeiro a assumir isto sem problemas nenhuns.

Vai sempre haver constrangimentos, e cada um terá as suas razões, mas eu estava a tentar criar um equilíbrio e por eu ser o Presidente da Assembleia Municipal não quer dizer que tenha mais direitos do que qualquer outro Deputado Municipal e, por isso, esta minha proposta é absolutamente honesta e transparente. Com humildade apresentei-vos as minhas razões e também já disse que darei sempre prioridade à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital porque foi aqui que o povo me elegeu ainda antes de ser Deputado na Assembleia da República. Isto que fique claro!

Como parece que há aqui duas posições, se não levassem a mal, fazíamos uma coisa simples: Aplicávamos a democracia e fazíamos a votação das duas propostas, nomeadamente a proposta das quatro horas da tarde e a outra

proposta, que veio do Deputado Nuno Rafael e do Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, para as seis horas da tarde e democraticamente aceitamos o resultado da votação.

Estão de acordo para que votemos esta proposta?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“A marcação da Assembleia Municipal é uma prerrogativa da Mesa é isso que diz o Regimento e é isso que diz a Lei. A Mesa da Assembleia Municipal marca para o dia e hora que entende.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal demonstrou aqui alguma humildade democrática ao pôr esta questão perante os Srs. Deputados Municipais e que não tinha que pôr. É óbvio que nós percebemos que toda e alguma coisa serve para fazer número, toda e alguma coisa serve para ser do contra, toda e alguma coisa serve para tentarem contrariar o que quer que seja.

Com toda a franqueza, do meu ponto de vista, não faz sentido votarmos o que quer que seja.

O Sr. Presidente e os elementos da Mesa têm a prerrogativa legal de marcar para o dia que entenderem e nós, que fomos eleitos, e quando fomos eleitos todos nós assinámos uma declaração de aceitação, aceitámos em dispor do nosso tempo, quando fosse necessário, para servir o Concelho.

Portanto, devo dizer, seja, ao sábado, ao domingo, à segunda, à terça, à quarta, à quinta ou à sexta, e em qualquer horário, eu estarei disponível para servir o Concelho e gostaria que igualmente acontecesse com todos vós.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dizer o seguinte ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu: Estou absolutamente à vontade porque cheguei hoje e, por isso, não discuti isto no Partido Socialista. O Partido Socialista está a tomar conhecimento desta minha proposta aqui e hoje e, por isso, não é uma questão de maioria, é a convicção e o direito de cada pessoa escolher em relação a duas propostas. Como eu disse, bastaria haver a oposição de um Deputado para alterarmos o horário das Sessões da Assembleia Municipal e eu não passaria para esta votação. Perante as intervenções que fizeram, perante duas propostas diferenciadas, achei que era legítimo ouvir os elementos da Assembleia Municipal e aplicar uma coisa que se chama

democracia, e que é a decisão da maioria, e é isso que eu estou a fazer, quando eu próprio e os elementos da Mesa poderíamos marcar a hora da Assembleia mas não foi isso que eu quis. Eu quis discutir isto com lealdade, com alguma humildade e reconhecendo que eu próprio sempre defendi a realização das Sessões às catorze horas e trinta minutos, e também não há mal por isso, e termos opiniões divergentes nesta casa, também não há problema nenhum, como vocês sabem, e desde que essas opiniões sejam feitas com o devido respeito.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Aqui o interesse é do Sr. Presidente da Assembleia Municipal que tem que estar na Assembleia da República até às treze hora e trinta minutos, no mínimo, e para poder estar a tempo na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital marca as Sessões para as dezasseis horas.

Vamos ser razoáveis, ou o Sr. Presidente se arrisca a ficar sem carta de condução, por excesso de velocidade na autoestrada, ou a ficar bloqueado no IP3 porque se vier um camião carregado de madeira, como já me aconteceu, não chega a horas.

Portanto, o que é razoável, e no interesse do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e no nosso interesse, para que o Sr. Presidente presida às Assembleias, é alargar este prazo para as dezassete ou dezoito horas.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que tenho muita consideração por ele e sei que é meu amigo e, por isso, está preocupado.

Como já disse, não discuti este assunto no Partido Socialista, e cada um tem a liberdade de pensar o que é melhor, mas o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, acaba de dizer, aqui, uma verdade. Se fosse às dezoito horas era muito melhor do que às dezasseis horas mas eu queria manter alguma coerência e, por isso, eu não defendia uma mudança tão radical porque essa mudança serve efetivamente os interesses do Deputado da Assembleia da República e do Presidente da Assembleia Municipal.

Como eu disse, esta é uma casa democrática e, por isso, passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, votaram favoravelmente o horário das dezasseis horas catorze Deputados Municipais e votarem favoravelmente o horário das dezoito horas vinte e um Deputados Municipais.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Gostaria de pedir um minuto de silêncio pelo falecimento do Eng.º Carlos Portugal e do Dr. António Freire Lobo Vaz Patto e depois faremos a votação das propostas dos votos de pesar.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Temos duas propostas de Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Carlos Portugal. Uma das propostas é do PSD e a outra é do PS.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para ler as propostas de voto de pesar do PSD e do PS e depois votaríamos as duas propostas em conjunto.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para ler a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Carlos Portugal apresentada pelo PSD:

“Foi com o mais sentido pesar que no passado dia vinte e sete de maio tomámos conhecimento do falecimento do Sr. Eng.º Carlos Portugal, Ex-Membro desta Assembleia Municipal, Ex-Presidente da Câmara Municipal e, acima de tudo, um fervoroso Oliveirense e um extraordinário Autarca.

Homem de fortes convicções, inspirado em ideais progressistas e movido por um forte sentido democrático, deixa-nos um excelente legado, tanto na sua ação como timoneiro nesta autarquia, mas também por tudo o que, através dos cargos desempenhados e da sua inigualável capacidade diplomática, conseguiu angariar a favor do nosso Concelho, nas diversas lutas em que se envolveu.

Era, antes de mais, uma figura relevante no desporto nacional, área em que a sua vida foi muito preenchida de alegrias e sucessos, em diversas modalidades, mas especialmente no basquetebol, em que foi atleta de reconhecido mérito e, depois, treinador e selecionador nacional como enormes sucessos.

É dessa paixão por esta modalidade e da sua imensa amizade com o saudoso Comendador Serafim Marques, cuja generosidade à sua terra foi sempre muito marcante, que surge a dedicação de São Paio de Gramaços e de Oliveira do Hospital à modalidade do Basquetebol, que tantos sucessos alcançou ao longo destes anos.

Tendo tido uma vida profissional com um percurso inigualável, sempre ligado às causas públicas, não apenas como Técnico Superior no Ministério da Agricultura e em que esteve sempre envolvido em grandes projetos de âmbito nacional, foi ainda titular de outros cargos públicos, com excelente desempenho, quer como Diretor Regional do Desporto, ou como Vice-Presidente da Região de Turismo do Centro.

Nós, Oliveirenses, temos em relação ao Sr. Eng.º Carlos Portugal uma dívida de gratidão enorme, por tudo quanto ele deu enquanto autarca, pela postura tolerante e democrática, agregadora e convergente; mas sobretudo pela obra feita e foi muita, na Requalificação dos Paços do Município, nas áreas do abastecimento de água e do saneamento básico, nos equipamentos públicos, em que se destacam a requalificação das Piscinas Municipais, nas acessibilidades, na requalificação da Zona Industrial.

E devemos lembrá-lo ainda pela sua participação decisiva na criação e entrada em funcionamento da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Só com a sua persistência nessa ambição e com a sua enorme capacidade reivindicativa, sempre muito bem adornada com uma excelente capacidade diplomática, é que foi possível, naquela época de tempos muito difíceis, dar vida a um projeto tão determinante como o era, e ainda é cada vez mais, a criação do Ensino Superior em Oliveira do Hospital

Fiel, como sempre foi e em nome de quem exerceu todos os cargos públicos, à social-democracia e aos seus valores, único caminho para a construção das sociedades onde prevalece a democracia, a igualdade, a solidariedade, o respeito pelas diferenças, a procura constante do progresso e da valorização das pessoas, individual e coletivamente, foi sempre credor de uma grande estima por parte da população em geral do Concelho de Oliveira do Hospital e muitos se uniram ao luto e ao sofrimento da sua família durante as cerimónias fúnebres.

A nós cabe-nos hoje, nesta sessão da Assembleia Municipal, registar com pesar e de forma intensa e profunda o falecimento do Sr. Eng.º Carlos Alberto de Moura Portugal e Brito e assinalar em nome de toda a comunidade

o nosso reconhecimento pela sua ação em prol do engrandecimento deste Concelho.

Por isso, propomos um voto de pesar, com a devida comunicação à família.”

De seguida a Segunda Secretária da Mesa, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, usou a palavra para ler a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Eng.º Carlos Portugal apresentada pelo Grupo Municipal do PS:

“Voto de pesar do Grupo Municipal do PS - Foi com profunda tristeza que tomámos conhecimento do falecimento do Eng.º Carlos Alberto de Moura Portugal e Brito, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital entre três de janeiro de mil novecentos e noventa e quatro e três de janeiro de dois mil e dois. Tendo em conta a natureza das funções desempenhadas e o enorme contributo que deu para o desenvolvimento do Município, nas suas mais variadas vertentes, propomos um Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Carlos Alberto de Moura Portugal e Brito. Pelo seu falecimento a Câmara Municipal decretou, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 35º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, três dias de luto municipal. Em face desta triste notícia manifestamos o nosso profundo pesar bem como a nossa mais sentida solidariedade junto dos seus familiares e amigos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Venho falar obviamente em nome pessoal: Não me repugnaria absolutamente nada que as duas propostas fossem votadas em conjunto desde que na proposta do Voto de Pesar do PSD não houvesse considerações sobre a Social Democracia sendo o único caminho para o que quer que seja. Ou seja, se expurgarmos o texto do Voto de Pesar do PSD dessas considerações, obviamente que entendo que podemos e deveremos votá-las em conjunto, se não, digo já que não votarei, por esse facto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta questão quero dizer o seguinte: Fui também amigo do Eng.º Carlos Portugal, mesmo antes de ele ser Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Estamos a homenagear uma figura pública e esta homenagem é consensual.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs a votação conjunta e o que eu queria questionar é o seguinte: No Voto de Pesar há mentiras, há coisas que não correspondem à realidade?

Eu creio que não! O que lá está corresponde exatamente à realidade. O PSD, como é lógico, fez bem em colocar tudo, e se fosse do PS também teceria esses comentários e esses elogios a um seu membro, mas se há mentiras elas têm que ser expurgadas.

Penso que poderíamos votar em conjunto porque a pessoa merece que se tenha esse respeito por ele.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos votar separadamente as propostas de Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Carlos Portugal apresentadas pelo PSD e pelo PS.”

Efetuada a Votação, a proposta do PSD de Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Carlos Portugal, foi aprovada por unanimidade.

Efetuada a Votação, a proposta do PS de Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Carlos Portugal, foi aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passávamos agora ao Voto de Pesar pelo falecimento do Médico Cirurgião António Vaz Patto.

Passo a palavra à Segunda Secretária da Mesa, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, para ler a proposta de Voto de Pesar.”

De seguida a Segunda Secretária da Mesa, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Médico Cirurgião António Vaz Patto - Um homem sempre ligado ao exercício da medicina e que a par do exercício desta profissão nunca deixou de reafirmar a sua conduta de empreendedor e a sua conduta cívica participando na criação de várias instituições de referência no Concelho de Oliveira do Hospital e na região

como a Ancose, Estrelacoop, Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Oliveira do Hospital, Arcial, entre outras.

Como empreendedor constituiu uma empresa ligada à produção e promoção do Queijo Serra da Estrela, numa primeira fase a Agro-Gramaços e ultimamente a Quinta dos Lobos.

Um homem que desde sempre soube apreciar o mundo rural ligado ao desenvolvimento rural, um empreendedor, um realizador de projetos, um homem que se dedicou e destacou no contributo dado ao aproamento da Raça Bordaleira Serra da Estrela e na certificação do Queijo Serra da Estrela.

Propomos a esta Assembleia Municipal a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor António Vaz Patto, endereçando as mais sentidas condolências a toda a família enlutada.”

Efetuada a votação, a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Médico Cirurgião António Vaz Patto, foi aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passaríamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de dezembro de dois mil e vinte e um.

Pergunto se há alterações ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de dezembro de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passaríamos agora às inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

Solicito aos Grupos Municipais para cumprirem com os seus tempos de intervenção.”

De seguida foram iniciadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra à Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui dar os parabéns pelo evento organizado pela Câmara Municipal em parceria com escolas, instituições, movimentos associativos, Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e GNR. Refiro-me ao regresso das Marchas Populares ao Parque do Mandanelho.

Sob o mote “Oliveira sai à Rua”, tivemos um regresso com muita cor, brilho, alegria, animação, mobilizando mais de seiscentos participantes, desde os mais novos aos mais experientes, onde a envolvimento e persistência, de todos os intervenientes, cuidada ao longo de meses, deu frutos.

Voltámos a ter novamente a vitalidade e a qualidade das marchas, que tanto nos orgulha, a nós, e a quem nos visita.

Os Oliveirenses disseram presente, enchendo o recinto do Parque do Mandamento e fazendo com que as Marchas Populares sejam mais uma Marca do Concelho. E para que essa Marca chegasse mais longe a Autarquia disponibilizou, via *streaming*, no Facebook do Município, a emissão em direto, que foi vista por milhares de pessoas no país e pelo mundo.

As Marchas voltaram e vieram para ficar. Parabéns ao Município de Oliveira do Hospital!”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de ir aos assuntos que me trazem, aqui, hoje, gostaria de saudar, os Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, pelos seus setenta e seis anos, e felicitar ainda os Infantis do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, tanto os jogadores como a sua estrutura, pela sua conquista a nível distrital. Um bem-haja a todos!

Quanto aos tópicos que verdadeiramente me trazem aqui, são essencialmente três perguntas e uma proposta, uma ideia que lançávamos ao Executivo. Em primeiro lugar, Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre uma Moção que aqui votámos no passado, e que foi apresentada pelo Grupo Municipal do PS, e que foi votada favoravelmente. Esta Moção manifestada, e cito: “*o repúdio para com todas as plantações de eucalipto*”. Era proposto, ainda, à Câmara Municipal, a análise da possibilidade de introdução de uma taxa de IMI agravada para os donos de prédios rústicos abandonados e o desenvolvimento de um plano sistemático da remoção de eucaliptos. Gostaríamos de perguntar como é que está este assunto e se houve algum desenvolvimento desde então?

A segunda questão tem a ver com um assunto que é recorrente nesta Assembleia Municipal mas que continua, infelizmente para todos nós, por concluir. Falo concretamente do IC6. Sabemos que o leilão do 5G já terminou, que era a tal condição essencial para esta promessa avançar mas, desde então, tem sido um silêncio ensurdecedor. Gostaríamos de saber se tem alguma informação sobre este ponto que nunca mais vê o seu fim.

Aproveito também para falar do estado em que se encontra o IP3, a tal autoproclamada autoestrada inteligente que iria ter wi-fi e 5G.

Ora, o que constatamos na realidade é que nem autoestrada, e muito menos inteligente, o que ali temos são remendos com alcatrão novo mas a estrutura e o número de faixas é exatamente o mesmo.

Por outro lado, temos também a lamentar a saída de mais um médico do nosso Concelho e do nosso Centro de Saúde de Oliveira. São já cerca de cinco mil utentes no nosso Concelho que estão sem médico de família e já ouvi que não vai ficar por aqui! Fica, assim, cada vez mais longe a tal dita promessa do projeto revolucionário que o Executivo tinha para a Saúde. E recordando uma frase desta semana da Dra. Graça Silva da DGS que dizia, e cito, “*agosto não é um bom mês para se ter acidentes e para ficar doente*”, como se as pessoas escolhessem quando e onde é que vão ficar doentes mas, segundo esta lógica, atrevo-me a dizer que, em Oliveira do Hospital, nenhum mês do ano é bom para se ficar doente em virtude da falta de médicos.

E, por isto, lanço daqui um repto: Sr. Presidente da Mesa, e não me leve a mal mas, como Deputado da Nação que é, leve, por favor, estas reivindicações aos seus colegas de partido e ao Governo porque nós agradecemos muito.

E, por falar em promessas, temos também ouvido aqui recorrentemente que os lotes de ampliação na Zona Industrial têm tido uma grande procura por parte das empresas para ali se instalarem e que até têm excedido a oferta e, como tal, Sr. Presidente, gostaríamos que nos fosse facultado no final desta Assembleia, ou até mesmo depois, uma listagem dessas mesmas empresas que se têm candidatado. E, já agora, se tem alguma estimativa de quantos novos postos de trabalho podem vir a ser criados, porque é isso que as pessoas querem ouvir e saber.

Uma última pergunta, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar e de saber, e que tem a ver com a obrigatoriedade de existir em cada Município um encarregado para a proteção de dados. E, de acordo com a Lei, gostaríamos de saber se Oliveira tem alguém nomeado para este efeito?

Para terminar, e em formato de proposta de recomendação, gostaríamos de partilhar a seguinte ideia: Defendemos e propomos ao Executivo para avançar com um programa de apoio ao estudo para os nossos alunos que estejam a frequentar os estabelecimentos escolares no nosso Concelho. Esta medida deve passar por uma parceria com os agentes locais na área do ensino, desde explicadores, Centros de Estudo, a Professores aderentes, para apoiarem os nossos alunos em dificuldades económicas e em dificuldades de aprendizagem, e para que possam ter acesso a horas mensais de explicações. Isto é, oferecer o acesso, a título gratuito, ao estudo apoiado a estes alunos por forma a colmatar algumas lacunas na aprendizagem. Sabemos que muitos viram o seu processo normal de aprendizagem afetado, em virtude dos confinamentos nestes últimos dois anos. Achamos que seria uma medida interessante e que poderia vir a ser implementada num futuro próximo aqui no Concelho, assim é o nosso desejo. Com mais este singelo contributo termino. Muito Obrigado!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Trago hoje dois temas. O primeiro tema tem a ver com o gás natural. Como vocês sabem, temos um novo paradigma na cidade de Oliveira do Hospital e arredores e que é o gás natural. Finalmente temos uma energia mais económica, mais próxima do utilizador, mais limpa.

Acho que esta iniciativa é de aplaudir. Todos já sabem que as instalações estão completas na Zona Industrial e neste momento a maioria da rede de distribuição na cidade e arredores também já está concluída. Há um conjunto também de grandes consumidores que tiveram uma rede própria, há um conjunto de firmas, entidades, que aderiram, e estão a aderir, ao gás natural e todos aqueles que têm prédios, utilizadores individuais, têm essa possibilidade, naturalmente através dos comercializadores do gás natural. É um gás mais facilitador para todos nós e mais económico.

Acho que permite também às grandes empresas e à economia de Oliveira do Hospital um relançamento, dado que vai trazer uma energia mais económica e assim melhorar as contas das empresas e dos consumidores domésticos.

Toda a Zona Industrial vai ser dotada de gás natural e o Município, em conjugação com a empresa fornecedora de gás, conseguiu chegar a uma situação de acordo e de melhoria num projeto do gás natural e todos os utilizadores da Zona Industrial vão beneficiar do gás natural.

Sabemos que esta obra tem causado alguns incómodos à circulação mas peço compreensão para essa situação.

Quero parabenizar a Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital pela realização do excelente evento “Há Festa na Zona Histórica” que permite a dinamização da zona histórica da cidade de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Trago duas ou três notas: Começo pelas Marchas, o que foi, de facto, uma coisa bonita mas creio que faltou uma felicitação aos marchantes e a quem organizou as marchas porque sem eles não haveria o espetáculo que foi possível verificar. Também formular votos para que no ano de 2023 sejam mais marchas.

As Marchas são o único evento, a única iniciativa, na Freguesia de Meruge que consegue unir as duas localidades, nem as festas religiosas o conseguem fazer, e esta vertente sociológica das Marchas é uma coisa extraordinária.

Quero publicamente agradecer a quem teve o trabalho de escolher as letras, mobilizar as pessoas, etc. Entre outros, queria agradecer ao Joaquim Adelino, à Carla e à Dra. Cristina, porque tiveram um trabalho extraordinário para que a Marcha pudesse ser uma realidade.

Uma outra nota que queria deixar era relativa à Pousada de Santa Bárbara que se encontra fechada e completamente degradada. Gostava de perguntar o que é que se passa?

Relativamente ao PARES 3.0, gostaria de questionar o seguinte: Foram assinados os contratos com as instituições para o financiamento das obras. São cerca de sete milhões de euros que vêm para o Concelho que vão permitir elevar a qualidade e a capacidade de resposta das IPSS aos idosos e à infância e precisamos de saber com urgência, porque temos que colocar nas plataformas o concurso público, se a Câmara Municipal está em condições de nos ajudar, sobretudo do ponto de vista técnico? É evidente que as questões financeiras vão-se colocar mais à frente e também me parece que a Câmara Municipal devia definir um critério justo para o apoio a todas as IPSS que estão com projetos aprovados. O apoio técnico é muito necessário.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Jorge Marques Figueiredo que fez a seguinte intervenção:

“Um dos efeitos colaterais da pandemia da Covid-19 foi a paragem forçada de várias iniciativas culturais e desportivas, que puseram em causa o normal funcionamento de várias instituições e associações sócio-recreativas pelo Concelho.

Passados já mais de dois anos do início da pandemia, quero felicitar o Município de Oliveira do Hospital pela programação cultural e desportiva que tem levado a cabo e que tem demonstrado que as nossas associações estão vivas e que a população tem aderido a estas iniciativas.

Não posso deixar de realçar:

- Programação cultural em rede, com a ação viver os rios, com concertos em Lourosa, Bobadela, na cidade de Oliveira do Hospital, destacando o excelente espetáculo performativo “O2 Oxigen”;

- Iniciativa Letra a Letra: Jornadas da Literatura Oral e Tradicional, que incluiu um fórum e concertos noturnos pelo Concelho, no âmbito do projeto “Tradição da Serra ao Mar”;

- Iniciativa “À Beira do Fado”, que se prolongará durante o verão, com exposições, concertos e o Festival da Canção;

- O programa “mOHve-te verão”, com atividades desportivas no centro da cidade, até final de julho, que conta com parcerias de vários clubes e associações e que mobiliza centenas de pessoas;

- O torneio inter-freguesias;

- O “Colcurinho Sky Race” que é já um evento marca da Rede de Aldeias do Xisto;

- O regresso da ExpOH, num novo conceito, com “investimento prudente e rigor orçamental”, que será certamente uma aposta ganha, como já foi o regresso da Festa do Queijo Serra da Estrela.

Em suma, após dois anos de interregno forçado, estas e outras iniciativas demonstram que este Executivo valoriza a cultura e o desporto, que as nossas instituições se esforçaram para continuar a sua atividade e demonstram que temos uma cidade viva e um Concelho dinâmico e vivo, com uma resposta bastante positiva da parte dos Oliveirenses, que têm aderido em grande número a todas estas ações.

Quero, igualmente, dar os parabéns ao Executivo da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e S. Paio de Gramaços, pela coragem que teve com o regresso do “Há Festa na Zona Histórica”, um evento que dá vida a esta zona da cidade e que é um importante estímulo ao comércio local e tradicional.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui e, desde já, começar pelo mais fácil e mais direto, é perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque o seu compromisso na primeira Sessão da Assembleia Municipal deste mandato seria o de regularizar a situação dos subsídios de recolha do lixo, referentes ao ano de 2021, até ao final deste mês de junho de 2022. Gostaria de perceber se a situação será, ou não, para avançar, tendo em conta que esse financiamento será necessário para a Junta de Freguesia adquirir os equipamentos necessários para fazer cumprir com a proposta de transferência de competências que será efetivada no próximo ano.

Depois trazer outro assunto, e que é necessário trazê-lo a esta casa da democracia porque, como foi dito já publicamente pelo órgão que eu represento, foram manifestamente esgotadas todas as vias de diálogo. Refiro-me precisamente à questão da nomeação para a Fundação Albino Mendes da Silva. Foi com mágoa que vimos a falta de institucionalismo do Executivo que não só não anunciou por alguma forma a nomeação que escolheu como depois, na reunião de Câmara Municipal, falta à verdade, quando diz que o Executivo não apresentou o nome ou apresentou tardiamente.

O Sr. Presidente sabe que isso não é verdade, contudo a amizade que eu tenho por ele também não me levará a revelar as conversas privadas que fomos mantendo. De resto, digo apenas que a nossa proposta foi isenta porque aquilo que nos move é o interesse de São Gião e não o interesse partidário e, numa das últimas conversas acerca disso, pusemos mesmo à disposição o lugar que cabe à Junta de Freguesia para haver uma nomeação completamente profissionalizada para o Parque de Campismo de São Gião.

Portanto, não é um caso partidário, o Executivo é que escolheu que ele fosse partidário, e eu não confundo a minha militância no CDS-PP com a defesa que eu faço dos Sangianenses porque é esse mandato que eu tenho e desse mandato nunca abdicarei nos próximos cerca de três anos e meio.

Portanto, é desde logo inexplicável o arrastar do processo que coloca em causa uma preparação da época balnear que vai começar já no próximo dia um, é inexplicável porque a Fundação Albino Mendes da Silva é um eixo estrutural de desenvolvimento local e por alguma razão havia uma tradição democrática, mantida também pelo anterior Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, de que quem ganhasse a Junta, não sendo reconduzido automaticamente como Presidente, pelo menos teria uma palavra a dizer na nomeação do Presidente, porque é óbvio que a Praia Fluvial de São Gião é um

móvil primário para que haja qualquer desenvolvimento turístico na nossa Freguesia. Mas, mais do que isso, o Executivo cauciona a ausência de estratégia que foi levada a cabo nos últimos vinte anos e cauciona uma gestão sem qualquer rumo que é de resto manifestamente reconhecida por qualquer turista que lá passe pela degradação do espaço.

Vejo com preocupação o facto do Sr. Presidente da Câmara Municipal não levar à risca aquilo que foi a dica que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, José Carlos Alexandrino, disse em campanha eleitoral, aconselhando o nosso amigo Manuel Garcia a abandonar os cargos de que fazia parte se perdesse as eleições. Perdeu e perdeu bem e talvez seja por causa destes abusos democráticos que o povo de São Gião não escolheu o Partido Socialista para qualquer um dos órgãos autárquicos.

Termino dizendo que a Junta de Freguesia de São Gião tinha efetivamente uma estratégia para aquele espaço e, gostava de perceber, de uma vez por todas, qual é a estratégia da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, se é apenas ter um candidato do Partido Socialista naquela Freguesia daqui a três anos ou se é efetivamente desenvolver aquele espaço em nome dos Sangianenses.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, trago aqui dois assuntos. Um deles é referente a uma informação que gostaria que nos desse. Já fui questionado, e se calhar já mais pessoas foram questionadas, relativamente à questão das obras do Parque dos Marmelos. Tanto quanto nos apercebemos, parece que as obras serão finalizadas ou o término estará para muito breve. É um espaço onde há uma certa expectativa, e já há muito tempo que havia essa expectativa, de se transformar aquela zona numa zona aprazível da cidade, devido à proximidade que tem com as escolas. É um espaço muito agradável e com certeza que irá ser mais agradável depois da requalificação daquele espaço que todos nós ansiamos e desejamos que esteja pronto.

Outra questão que queria referir, já se começou aqui a dizer e a dar os parabéns por algumas iniciativas que a Câmara Municipal já fez ao longo destes últimos tempos, inclusivamente também da própria Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços com a Festa na Zona Histórica. No Concelho já todos nós nos estamos a aperceber que depois da nossa saída

daqueles tempos mais agrestes da pandemia já nos estamos a tentar libertar um bocadinho dessa pressão e estamos a querer retornar às nossas vidas normais. Exemplo disso também, e eu não podia deixar de aqui referir isso, o Concelho de Oliveira do Hospital tem quatro confrarias gastronómicas e aquilo que me apraz, enquanto Presidente da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, e tinha que fazer este registo, é que dessas quatro confrarias do Concelho, duas estão localizadas na União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, e estou a referir-me à Confraria dos Bolos Doces, Aguardentes e Licores do Ervedal da Beira e à Confraria do Torresmo Beirão de Vila Franca da Beira. No dia sete de maio houve um capítulo da Confraria do Ervedal, com cerca de quarenta confrarias, de norte a sul do País, que vieram ao Ervedal da Beira, e agora, no dia dezoito de junho, em Vila Franca da Beira, passou-se praticamente a mesma coisa, muito perto de quarenta confrarias estiveram presentes também em Vila Franca da Beira nesta iniciativa da Confraria do Torresmo Beirão. Foram dois momentos bons e bonitos, e a conclusão que tiramos, para quem queira ser um pouco mais perspicaz, é a vinda de muita gente, foram umas dezenas muito largas de pessoas vindas de norte a sul do País para verem o que de melhor temos para oferecer nesta área gastronómica.

Portanto, foram dois momentos muito bons e eu tinha que fazer aqui este registo. Pudemos verificar que há uma grande vitalidade nestas duas confrarias.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra que fez a seguinte intervenção:

“Move-me, nesta intervenção, a juventude e tudo aquilo que é o lutar de uma geração que não vê futuro na nossa terra. Na verdade quando nos propusemos a construir o futuro colocámos sempre a juventude em primeiro plano com propostas e ações concretas para tornar Oliveira do Hospital num Município jovem com ofertas culturais e desportivas, num Município que tenha pelo menos as infraestruturas básicas de apoio à população e aos demais setores.

Bom, a verdade é que, se olharmos para o nosso Município, pouco temos para oferecer aos jovens.

Recebemos, no passado mês, a medalha do Município Amigo da Juventude, o que muito nos congratula, mas cujos fundamentos nos custam entender. Será porque temos uma vasta oferta cultural que faz com que Oliveira do Hospital receba espetáculos, receba concertos ou até filmes?

Será porque temos um Pavilhão Multiúso que nos permite ser anfitriões de eventos de grande envergadura?

Ou será porque o nosso Estádio Municipal oferece condições e está à altura de receber os jogos e eventos, cumprindo os requisitos que são impostos ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital, servindo ainda de forma eficiente o Município?

Mas, o que me traz, aqui, hoje, é a questão da Casa da Cultura, uma situação gritante, e acho que os nossos Municípios merecem respostas. A oito de setembro de dois mil e dezasseis, a Rádio Boa Nova noticia o seguinte: Nova Casa da Cultura de Oliveira do Hospital vai custar um milhão e meio de euros e deverá ficar concluída no próximo ano, com fundos provenientes da CIM e do seu Pacto Estratégico de Desenvolvimento para o período de 2014 a 2020.

O projeto, deixem-me que vos relembre, contaria com a atual Casa da Cultura a servir de espaço expositivo e de acolhimento, contaria com um auditório com trezentos lugares e com a requalificação do antigo colégio Brás Garcia, com um conjunto de gabinetes e espaço dedicado à Universidade Sénior.

Bom, o concurso foi então aberto em fevereiro do ano de dois mil e dezassete, data do anúncio em Diário da República, e o Contrato da Empreitada feito a vinte e oito de julho do ano de dois mil e dezassete, com o prazo de cento e oitenta dias, ou seja, seis meses, e o valor de um milhão trezentos e cinquenta e seis mil euros. Teve várias prorrogações do prazo, a última das quais por deliberação da Câmara Municipal a três de outubro de dois mil e dezanove, que autorizou uma prorrogação sem multas até trinta de outubro e uma prorrogação sem prazos até à conclusão dos trabalhos, mas com a aplicação de uma multa de um por mil do valor contratual, portanto, de mil e trezentos e cinquenta e seis euros por cada dia de atraso a partir de um de novembro de dois mil e dezanove. Os mil dias terminam no final do mês de julho, o que significa que no final dos mil dias o valor da multa é igual ao valor do contrato.

Entretanto, não há obra, não há espaço cultural, nem o novo, nem o anterior, só há o dos Concelhos vizinhos que foram capazes de suprir esta carência mais cedo e muito melhor do que nós.

Então, transformámos os seis meses em seis anos, investimos um milhão trezentos e cinquenta e seis mil euros e ainda não vimos qualquer retorno, hipotecámos um terço da formação de uma nova geração por termos um Concelho sem qualquer dinâmica cultural há seis anos.

Gostaria de questionar qual foi o orçamento real em atividades reais no nosso Concelho desde dois mil e dezasseis e se a despesa foi capaz de suprir a falta que a Casa da Cultura faz ao nosso Concelho?

Questiono também onde é que se veem as políticas que apostam nas novas gerações e que nos trazem prémios?

Só para rematar acrescento ainda o seguinte: Seia tem um dos maiores Festivais de Cinema da Europa e, desde mil novecentos e noventa e cinco, acontece de forma ininterrupta. Estamos a quinze quilómetros de distância e nem uma sala de cinema existe. É no mínimo curiosa a disparidade de investimento entre os Municípios!

Oliveira do Hospital não tem oferta cultural, não tem infraestruturas que sirvam a população jovem, e é isto um Município que é amigo da juventude? Não nos parece!

Só para finalizar, gostaria de relembrar que entre 2011 e 2021, dados dos últimos dois censos, sempre que um Executivo Socialista, comandados com maiores e melhores meios monetários bem como uma maior capacidade de captação de fundos europeus, Oliveira do Hospital perdeu cerca de mil e quatrocentos habitantes, falamos das preocupantes assimetrias entre o litoral e o interior, e com razão, mas quando há fundos para que as obras sejam concluídas e o Município dotado de infraestruturas que mais necessita, somos presenteados com esta inércia e com esta incongruência.

Acho só que deveríamos fazer muito mais e muito melhor para não desmerecer estes títulos honrosos e prémios que nos atribuem.

Muito obrigada, Srs. Deputados, e continuação de bom trabalho nesta Assembleia.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Tenho que começar por esta parte: A liberdade dos Srs. Deputados é de facto uma coisa que percebo que vos faça confusão, é um conceito a que, por vezes, me parecem um bocadinho alheios.

Dizer o seguinte: Não me parece que a medalha de Município Amigo da Juventude tenha sido atribuída pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Tenho ideia que tenha sido alguma entidade, que não a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, a atribuir à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital esta distinção e, com certeza, não o fez porque o nosso Presidente da Câmara Municipal tem um aspeto jovem,

blasé, com uma barba de alguns dias e um cabelo longo e ondulado. Tê-lo-á feito, com certeza, com base em critérios objetivos. Habitualmente as decisões que eu costumo ler e consultar são fundamentadas e, se calhar, essa também foi.

Portanto, fazer essa questão, aqui, eu percebo-a! É uma questão política e veio aqui fundamentar a pergunta sobre a Casa da Cultura. Entendemos completamente!

Não percebo como é que é possível dizer-se que Oliveira do Hospital é um Concelho sem qualquer dinâmica cultural. É uma aberração! Dizer, isto, é uma aberração!

Eu compreendo, a Sra. Deputada, está cá pouco tempo, compreendo isso! Está a estudar fora e possivelmente os seus colegas de bancada ou eventualmente os elementos do Executivo que estão eleitos pelo partido que a Sra. Deputada também está poderiam informá-la. Mas é fácil, a Câmara Municipal tem *facebook*, tem diversos meios de divulgação das atividades culturais e, de facto, é inacreditável!

É verdade que não temos Casa da Cultura, e a culpa é da Câmara Municipal? Se calhar, parcialmente é. Se calhar, em devido momento, a Câmara Municipal não deveria ter olhado para aquilo que seria a vida futura de algumas dezenas de trabalhadores deste Município e deveria ter tirado a obra mais rapidamente à empresa que efetivamente foi adjudicatária e não conseguiu cumprir. A culpa da Câmara Municipal é essa e não é mais nenhuma! Percebemos que tenham que cá vir dizer mal, percebemos que tenham que cá vir dizer efetivamente tanto tempo sem cultura. É muito tempo!

Agora, meus Senhores, não venham dizer e não venham fazer estas afirmações que são gratuitas, que são absurdas e chocam, e não venham dizer que Oliveira do Hospital é um Concelho sem qualquer dinâmica cultural porque é uma coisa inacreditável e fica-vos mal.

Dizer, depois, também, quanto à questão da perda de população que todo o distrito de Coimbra perdeu, e não sei se reparou nisso! Os Censos dizem isso e curiosamente o Município de Cantanhede, que é do litoral, e que é governado pelo PSD, perdeu muito mais do que Oliveira do Hospital. É estranho, não é?

Mas porque é que se veio aqui dizer que se perderam mil e quatrocentas pessoas no Concelho? Mas não se perdeu no distrito todo? Não se perdeu população em Municípios vossos, não se perdeu em Municípios do litoral, e que é muito mais grave?

Nós estamos à beira da serra, estamos a oitenta quilómetros de Coimbra, estamos a cento e vinte quilómetros do litoral. De facto é estranho! Mas, tudo bem, compreendemos perfeitamente a situação!

Dizer, ainda, assim, que, com todos os males deste Concelho, com todos os males deste Executivo, com todos os males existentes, há vinte e sete empresas em Oliveira do Hospital que mereceram ser consideradas PME-Líder e conseguem-no obviamente por esforços próprios mas conseguem-no também por aquilo que Oliveira do Hospital, e o seu Município, e o seu Executivo, colocam à disposição. É também a colaboração do Município com essas empresas, que são exemplo de empreendedorismos, inovação, resiliência, que dão empregos a centenas de pessoas. É importante ressaltar o que de bom este Concelho tem, o que de bom o Município e o Executivo conseguem canalizar para o Concelho.

Percebo que a única coisa que esteja à frente dos vossos olhos sejam nuvens negras. Garanto-vos que à nossa frente são nuvens cor-de-rosa, mas vemos a realidade.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Queria dar aqui uma nota, a propósito da Casa da Cultura, por uma razão simples: Como sabem, não é este Presidente de Câmara Municipal, nem este Executivo, que tem responsabilidades com o que se passou na Casa da Cultura. A responsabilidade é minha, quando fui Presidente da Câmara Municipal e, se calhar, de algumas opções, que deviam ter sido tomadas em devido tempo e que o Sr. Deputado Rui Monteiro já justificou.

Quero assumir aqui com responsabilidade as decisões que nós tomámos como, por exemplo, em relação à Escola Secundária, e que foi com a mesma empresa, mas, na altura, e o PSD alertou, e não posso deixar de o dizer, e se fosse agora tinha-o feito mas, na altura, a empresa passava muitas dificuldades e, por isso, achei que não deveria ser o Município a penalizar uma empresa com mais de cem trabalhadores mas a partir daí as coisas correram mal e, por isso, estou aqui para assumir essa responsabilidade que me pertence porque eu era o Presidente da Câmara Municipal e era eu que liderava o Executivo.

Queria deixar aqui duas notas, e não venho aqui responder na qualidade de Presidente da Câmara Municipal. Relativamente ao IC6, gostava de dizer o seguinte: Como sabem tenho estado a acompanhar este projeto, e não podia ser de outra maneira, e não é só este, também acompanho outros projetos relativos a

Oliveira do Hospital que me preocupam bastante, nomeadamente na área da saúde e também já falarei sobre isso. Também acompanho outros projectos, nomeadamente de Arganil, relacionado com a Unidade de Cuidados Continuados, da Pampilhosa da Serra, relacionado com uma estrada para a ligação ao IC8. Estou a acompanhar vários processos porque fui para Lisboa para trabalhar e não foi para ir para uma reforma dourada.

O que aconteceu com o IC6 foi o seguinte: Como sabem foi lançado um concurso para o projeto, lançado pelas Infraestruturas de Portugal, e a empresa que ficou em segundo lugar apresentou uma reclamação que foi indeferida pela Tutela. Seguidamente esta empresa recorreu e neste momento decorre um processo no Tribunal Administrativo para impugnar o Concurso. Nós aguardamos e seguimos com atenção porque não somos nós que damos velocidade aos tribunais. Tenho seguido isto com o Presidente das Infraestruturas de Portugal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e com o Sr. Ministro das Infraestruturas e esperamos que isto se resolva o mais rapidamente.

A propósito da Saúde gostaria de ler hoje, aqui, um documento e dizer ao Sr. Deputado Rafael Costa, por quem tenho grande consideração, o seguinte: O Senhor fala naquele projeto revolucionário, e a frase também foi minha, mas esqueceu-se do passado, aquando do Governo do PSD/CDS, numa altura em que Oliveira do Hospital teve dezasseis mil pessoas sem médico de família e a Câmara Municipal teve que fazer algumas coisas revolucionárias, nomeadamente pagar a renda de casa de médicos, como a Dra. Ana Marta é testemunha. Mas isto é passado e não nos resolve os problemas do futuro.

Quero ler aqui um requerimento que fiz para a Sra. Dra. Rosa Reis Marques, Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro: *“Pedido de Dados - Venho solicitar a V. Exa., ao abrigo das alíneas d) e e) do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, que me sejam facultados os seguintes dados, referentes à saúde no Concelho de Oliveira do Hospital, com o objetivo de apresentar uma Proposta de Resolução à Assembleia da República, para tentar resolver os problemas de saúde que a população deste Concelho ainda enfrenta.*

Quantos utentes deste Concelho não têm médico de família?

Quantas pessoas deste Concelho foram transportadas durante o ano de 2021 e 2022, até à data de hoje, para as Urgências de Arganil, Seia, Guarda, Viseu e Coimbra?

Quantas pessoas, referidas na pergunta anterior, tiveram que regressar à sua residência pelos seus próprios meios?

Qual foi o custo total do transporte desses doentes para as referidas urgências?

Quantas pessoas foram atendidas no Serviço de Atendimento da FAAD, protocolado com o Ministério da Saúde?”

Por isso, está aqui, eu fui para Lisboa para defender os interesses da população, defender os interesses do meu Concelho mas sobretudo defender os interesses do meu distrito.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por me solidarizar, com profundo sentir, com os Votos de Pesar ao saudoso Presidente deste Município, Eng.º Carlos Portugal, e a essa figura de referência do Concelho de Oliveira do Hospital, Dr. António Luís Freire Vaz Patto, e que foram aprovados por unanimidade, saudando esse facto.

Dizer que, relativamente ao Sr. Presidente, Eng.º Carlos Portugal, e uma vez Presidente é Presidente para sempre, o Município de Oliveira do Hospital, em articulação com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, decretou três dias de luto municipal com a colocação da bandeira do município a meia haste. Cumpre-nos honrar o passado.

Relativamente às questões colocadas, começaria por responder por ordem cronológica. À questão colocada pela Sra. Deputada Cristina Carvalho, relativa ao sucesso das Marchas Populares, dizer o seguinte: Dizem-nos que não há dinamismo cultural e não há dinamismo associativo no Concelho mas as Marchas Populares fizeram-se com o esforço de mais de seiscentos cidadãos e alguns milhares de cidadãos que estiveram no Parque do Mandanelho a assistir a um evento brilhante. O regresso do Concelho de Oliveira do Hospital a uma vida normal, a vida que conhecíamos há dois anos. Por motivos da pandemia as Marchas Populares não se realizaram mas, desde janeiro, por ação da equipa liderada pela Sra. Vereadora Graça Silva, mobilizaram-se mais de seiscentos cidadãos no Concelho, oito marchas, três infantis ou juvenis, mais cinco marchas seniores. Mobilizaram-se pessoas para ensaiar, encenar coreografias, para fazerem decorações, para desfilar, com seiscentos marchantes no Parque do Mandanelho. É muita mobilização!

E, quero agradecer, acima de tudo, a participação das instituições, do movimento associativo, o tal movimento associativo que, hoje, a oposição do PSD, aqui, declarou morto. Quero saudar esses seiscentos heróis que mantêm o associativismo cultural vivo e que estiveram no Parque do Mandanelho com

força, com brilhantismo, numa grande aglomeração de pessoas, como já disse, de milhares de pessoas que preencheram o anfiteatro natural do Mandanelho.

Foi um momento bonito e, em nome do Município, quero agradecer o trabalho da organização e o esforço de todos os parceiros. Quero agradecer aos funcionários do Município de Oliveira do Hospital pelo trabalho feito para decorar aquele espaço, e agradecer pelo trabalho feito pelas Associações, IPSS, Juntas de Freguesia, Associações de Desenvolvimento e a todos aqueles que se mobilizaram para mostrar que Oliveira do Hospital e o seu Associativismo Juvenil, Desportivo e Cultural, está vivo.

Até diria que, a somar às Marchas Populares também temos o evento Há Festa na Zona Histórica e mais aquilo que as iniciativas das associações juvenis têm feito de norte a sul do Concelho e essa é a prova de vida da vitalidade do movimento associativo em Oliveira do Hospital.

Da parte da Câmara Municipal e da maioria deste Executivo estaremos ao lado de quem quer fazer, estaremos ao lado e apoiando para quem quer realizar e para quem quer mobilizar o Concelho. A crítica e o insulto, desvalorizando quem trabalha, certamente repudiaremos essa postura.

Depois, dizer que fico muito espantado com a questão levantada pelo Sr. Deputado Rafael Costa, quando nos pede o encarregado de protecção de dados e cuidadoso naturalmente com a protecção de dados.

Informo, para que fique descansado, que temos encarregado de protecção de dados e vamos continuar a ter reforçadamente no novo quadro legal. Ainda ontem no quadro da CIM os Municípios têm contratualizado com uma empresa o sistema de protecção de dados com um encarregado dessa função.

Mas é engraçado, e não deixa de ser paradoxal e contraditório, porque o Sr. Deputado, Eng.º Rafael Costa, pede-nos o encarregado de protecção de dados mas a seguir pede-nos as listagens dos candidatos, com fichas entregues, e respectivas moradas e dados confidenciais das empresas, para atribuição de lotes. É engraçado, para algumas coisas pede protecção de dados e, para outras coisas, que venham os dados, porque eu quero saber quem são esses que querem pedir lotes na Zona Industrial e quantos postos de trabalho é que vão ser criados. Sr. Deputado Rafael Costa, fique descansado porque esses dados e outros ser-lhe-ão entregues.

A obra está a andar, está a ser executada, vai ser concluída e também com gás natural, e também com uma acoplagem de um projeto inovador, no âmbito das áreas de acolhimento empresarial de nova geração, para a qual esta semana estivemos reunidos com nove Municípios beneficiários desses projetos-piloto a

nível nacional, no Ministério da Coesão Territorial, e precisamente para o desenvolvimento desses projetos.

Mas vou-lhe dizer, a atribuição de lotes será feita mediante um regulamento. A Zona Industrial vai ter um regulamento claro, objectivo, com critérios e validado pela CCDR, no Quadro do financiamento daquela intervenção através do Programa Operacional para a Região Centro. Portanto, fique descansado!

Estranhei a sua intervenção por não nos vir falar, desta vez, do relatório da Bloom Consulting. O Eng.º Rafael todos os anos fala no Bloom Consulting e este ano não houve Bloom Consulting. Será porque Oliveira do Hospital subiu uma série de lugares, subiu onze posições no ranking nacional da Bloom Consulting, e esqueceu-se, por isso? Será porque Oliveira do Hospital subiu onze posições no ranking nacional e quatro posições no ranking regional? Desta vez incomodou-o a subida no ranking! Nos outros anos vinha aqui fazer o número do ranking.

Depois ofereço-lhe a listagem final da atribuição dos lotes e tenho aqui para lhe oferecer o ranking da Bloom Consulting.

Sobre o IC6, dizer-lhe o seguinte: O IC6 está em marcha e não vai parar. E desde já quero aqui sublinhar as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que é simultaneamente o primeiro eleito desta Assembleia e é Deputado, pelas palavras de solidariedade em defesa do Município de Oliveira do Hospital, em defesa dos empresários de Oliveira do Hospital, em defesa da Região de Coimbra e em defesa das empresas e cidadãos da Região de Coimbra. De facto estamos a trabalhar em conjunto e em breve, era para ter sido feito esta semana uma reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas, essa reunião foi adiada precisamente para que, tal como prometemos, estamos vigilantes acerca do andamento do projecto de execução do IC6 para a concretização da obra, porque todos nós temos memória.

Da nossa parte podem ter a certeza, e dissemo-lo várias vezes e continuamos a dizer: Oliveira do Hospital é a nossa região, é a nossa bandeira e pelo IC6 daremos a cara e o corpo sempre pela concretização desta obra, isso é certo e seguro. E ainda recentemente, no âmbito de uma reunião sobre infraestruturas na Região de Coimbra, com o Sr. Ministro das Infraestruturas, em Mira, foi muito clara a posição de Oliveira do Hospital relativamente ao avanço do IC6 - Tábua/Arganil até Seia, e, sobre, isso, não haverá quebras de ânimo nem indisponibilidades para a luta, estaremos sempre na linha da frente, e podem contar com o Presidente da Câmara Municipal, e eu sei que contarei

com o Presidente da Assembleia Municipal e também sei que contarei com cada um de vós, isso, é certo e seguro.

Foi aqui falado sobre a saúde: O passado interessa apagar e alguns esqueceram-se do tempo em que tínhamos dezasseis mil utentes sem médico de família!

Fui informado que há um médico que rescindiu o contrato, e é bom dizer que o Município de Oliveira do Hospital, como os outros Municípios, estão a receber competências na área da educação, na área da ação social e na área da saúde, mas, nessas competências, não cabe contratar médicos e nem o Município de Oliveira do Hospital, nem nenhum Município deste País, cabe contratar médicos, pessoal especializado, enfermeiros ou assistentes técnicos. A nossa função é ao nível dos assistentes operacionais e manutenção de instalações. Que fique claro!

Como já disse, tive conhecimento que houve um médico que pedir rescisão. É um direito laboral, eu não posso evitá-lo, mas tenho a obrigação de ouvir as pessoas, ouvir conselhos e “mexer-me”. Ainda ontem marquei uma reunião com o Sr. Diretor do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior, Dr. Vítor Bernardo, e a ARS e, na próxima semana, estarão em Oliveira do Hospital, na Câmara Municipal, para trabalharmos e para encontrar uma solução para uma situação que infelizmente toca Oliveira do Hospital e toca infelizmente muitos Municípios do País.

O assunto da saúde é, hoje, uma prioridade nacional. A demonstração que é uma prioridade nacional é que tenho aqui um Membro da Assembleia da República, o Prof. José Carlos Alexandrino, que é Presidente desta Assembleia Municipal, que fez um requerimento à Sra. Ministra, relativamente àquilo que tem de ser feito para a colocação de médicos em Oliveira do Hospital.

E sobre esta matéria, concluo dizendo o seguinte: Está lançado um concurso para a colocação de médicos no âmbito do ACES do Pinhal Interior Norte. Temos a expectativa que seja contemplado Oliveira do Hospital com médicos. Relativamente aos assistentes técnicos estará concluído um concurso no final do mês de julho para reforçar a componente de apoio ao dispositivo médico. Essa é a informação que tenho.

Sobre a colocação de gás natural, e a questão foi colocada pelo Sr. Deputado Carlos Inácio, dizer o seguinte: Temos a expectativa que durante o mês de julho comecem a ser feitas as primeiras ligações de gás natural na cidade de Oliveira do Hospital. É uma intervenção de grande alcance, é uma intervenção que vem dar centralidade e vem dar competitividade a Oliveira do

Hospital, porque vamos dispor de uma energia renovável, e temos a expectativa que contribua para baixar a fatura energética dos Oliveirenses. Vai também servir a Zona Industrial de Oliveira do Hospital. É um investimento de setecentos e cinquenta mil euros, feito pela Beiragás, no âmbito de uma concessão que lhe foi atribuída pelo Estado Português, para explorar a rede de gás no Concelho de Oliveira do Hospital. A mesma Beiragás que comprou ao Município de Oliveira do Hospital três lotes na Zona Industrial pelo valor de catorze mil e quatrocentos euros, para instalar esta unidade de abastecimento de gás. A partir destes três lotes irradiará a distribuição de gás por toda a Zona Industrial e por toda a cidade de Oliveira do Hospital.

Porque sou uma pessoa grata, e porque tenho memória, este processo foi iniciado no anterior mandato, liderado pelo Prof. José Carlos Alexandrino, foi um processo negociado e dinamizado por ele, e que será concretizado no presente mandato.

Tenho a certeza de uma coisa: Oliveira do Hospital ficará mais bem servida, os cidadãos ficarão mais bem servidos e o Concelho de Oliveira do Hospital e a sua Zona Industrial ficará certamente mais competitiva e com mais condições e com melhores fatores de atração de investimento.

E, sobre atração de investimento e sobre empresas, obviamente, que tenho que saudar as vinte e sete empresas que têm o estatuto de PME-Líder. É a demonstração da vitalidade das empresas de Oliveira do Hospital e tenho que as homenagear aqui, como Presidente da Câmara Municipal, e tenho que publicamente elogiar estas vinte e sete PME-Líder e todas as outras que, não sendo PME-Líder, criam centenas de postos de trabalho, geram valor acrescentado, geram exportações, fixam pessoas e geram riqueza para o Concelho. Isso é importante, e é por isso que estamos a investir em vinte e sete novos lotes na Zona Industrial, e por isso é que queremos qualificar esses lotes para gerar mais investimento, e por isso é que estamos a atrair determinado tipo de investimento. Informo-vos que ainda esta manhã houve aqui uma reunião, entre o Presidente do Executivo e a Tropical Amazon, uma empresa Brasileira, para se instalarem em Oliveira do Hospital, para produzir um conjunto de produtos ligados à saúde, à alimentação saudável.

E digo, sem problemas nenhuns, honradamente fiz parte de um Executivo Municipal, liderado pelo Prof. José Carlos Alexandrino, que iniciou as negociações que hoje tiveram um novo alcance. Vou dizer-vos que essa empresa tem novos projetos, para além do inicial, para lançar em Oliveira do Hospital.

É este trabalho que temos que fazer, e vamos onde for preciso para atrair novo investimento para Oliveira do Hospital, seja nas indústrias transformadoras, seja nas novas tecnologias, porque estamos na luta por um Concelho desenvolvido para atrair empresas e fixar pessoas.

Por isso, o discurso negativista, destrutivo e desmobilizador eu sacudo-o porque estou aqui para puxar pelo meu Concelho, pelas localidades, pelas empresas, e estou ao lado dos empresários.

É fácil vir aqui e insultar o movimento associativo de falta de dinamismo, de falta de criatividade. É fácil falar da perda populacional de Oliveira do Hospital mas perde-se população no litoral e no interior. Perde-se 8,9 % de população em concelhos vizinhos, perde-se 6,5 % de população em Cantanhede e Oliveira do Hospital perdeu 6,7 %. A Figueira do Foz perdeu 5,2 % da população, Pena Cova perdeu 14 % da população, Mealhada perdeu 5,2 % da população, e estes concelhos estão ao lado de uma, e duas, autoestradas, estão no litoral, estão perto de universidades, estão perto de grandes centros populacionais.

Depois, há um paradoxo: Há uma pessoa que muito respeito, muito admiro, e com quem muito aprendo, e com quem troco muitas impressões, e do qual sou Vice-Presidente, no âmbito da Agência de Promoção de Turismo de Natureza da Região Centro, e refiro-me ao Dr. Paulo Fernandes. O Dr. Paulo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal do Fundão, um homem dinâmico e mobilizador, tem um concelho junto à A23, a quinze minutos da Universidade da Beira Interior, a quinze minutos do Instituto Politécnico e de dois Centros de Investigação, junto de uma linha ferroviária que teve investimento de requalificação e teve investimento para ser eletrificada, e, ainda, assim, com estas características todas, perdeu mais população do que o Concelho de Oliveira do Hospital. Ou seja, o mal está todo em Oliveira do Hospital e os outros é que são todos bons! Para dizer mal e ser “bota abaixo”, acho que ficámos esclarecidos!

O Município Amigo da Juventude: Queria esclarecer que Oliveira do Hospital é Município Amigo da Juventude porque cumpre um conjunto de critérios e não foi o Município de Oliveira do Hospital que outorgou a si esse estatuto. Esse estatuto vem no âmbito da Rede de Municípios Amigos da Juventude e é preciso cumprir uma série de critérios que são avaliados. Assim como somos também Município Amigo do Desporto.

É engraçado e acho que deveria merecer reflexão quando se fala em inércia!

Então, quantos anos outros Executivos tiveram para construir estádios, e não os construíram, para construir multiúso, e não os construíram, para construir pavilhões gimnodesportivos, e não os construíram, para construir piscinas, e não as construíram? Esqueceram-se desse tempo em que havia Contratos Programa com o Governo, havia verbas de proximidade nas CCDDR? Onde é que andaram nesse tempo?

Mas nós estamos cá para lutar por aquilo que é necessário e fiquem conscientes que estamos cá para concluir as obras da Casa da Cultura e obviamente para vos convidar a todos para a inauguração. Isso é certo e é seguro.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, refiro-me à Pousada de Santa Bárbara e à aprovação dos projetos PARES 3.0, dizer o seguinte: A Ex-Pousada de Santa Bárbara é hoje um imóvel privado e possivelmente o proprietário tem um projeto para ela. Numa determinada fase acompanhei esse privado junto do Turismo de Portugal para desenvolver o projeto. O projeto está do lado do privado e ainda recentemente tive uma conversa com o promotor sobre esse projeto e não me cabe a mim prestar aqui contas sobre esse tipo de investimento. O edifício não é público. O edifício foi adquirido por um privado que estará a conduzir de acordo com os seus critérios o investimento que tem previsto.

Sobre o PARES 3.0 (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), é bom recordar o seguinte: No Distrito de Coimbra foram aprovadas candidaturas no valor de vinte e nove milhões trezentos e trinta e um mil quatrocentos e cinquenta e seis euros. Para Oliveira do Hospital foram aprovados seis milhões cento e cinquenta e seis mil cento e quarenta e um euros, sendo o investimento da Segurança Social de quatro milhões noventa e sete mil setecentos e vinte e oito euros e cabe aos promotores, entenda-se IPSS, uma participação de dois milhões cinquenta e oito mil quatrocentos e treze euros. É uma verba que reconheço que é avultada e naturalmente tem que ser analisada com critério, são dois milhões cinquenta e oito mil quatrocentos e treze euros que as sete Instituições Particulares de Solidariedade Social beneficiárias deste programa vão ter que investir. Portanto, criteriosamente, teremos que avaliar cada um dos investimentos e as suas necessidades. De facto o Concelho de Oliveira do Hospital foi contemplado com um grande volume de investimento e a breve trecho terão que avançar com as empreitadas. Da parte do Município de Oliveira do Hospital estamos disponíveis para dialogar e para prestar o apoio técnico para o lançamento dos procedimentos concursais.

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Rafael Dias, dizer o seguinte: Caro Presidente, como sabe, eu não falto à verdade, e até é deselegante dizer que eu falto à verdade, e sabe que também quem parte de premissas falsas chega sempre a resultados errados. E, sobre isso, vou dizer-lhe o seguinte: Não confunda a Fundação Albino Mendes da Silva com o Parque de Campismo e não confunda a Fundação Albino Mendes da Silva com a Praia Fluvial.

Sobre a Praia Fluvial e sobre o alegado atraso do arranque da época balnear dizer que, por informação que me acabou de dar o Sr. Vereador Nuno Ribeiro, neste momento está preparada a Praia Fluvial para o arranque da época balnear.

Dizer-lhe o seguinte sobre o nome que tanto aqui criticou: Não há aqui partidarismo nenhum, o Dr. Manuel Garcia não é militante do Partido Socialista, nunca foi militante do Partido Socialista, ao contrário do Nuno Rafael que é militante do CDS.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião propôs-me um nome de uma pessoa que é de fora do Concelho e eu avalei o nome e discuti-o com o meu Executivo. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião fez o seu papel. Cabe ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos estatutários da Fundação Albino Mendes da Silva, na qual não tenho nenhuma interferência, nos termos dos estatutos, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião sabe, cabe ao Presidente da Câmara Municipal levar ao Executivo a proposta de um nome e a proposta foi reconduzir o Dr. Manuel Garcia. O Dr. Manuel Garcia que, depois de reunir com o Presidente da Câmara Municipal para se estabelecer um conjunto de condições, apresentou um Plano Estratégico para os próximos quatro anos. Foi entregue um Plano Estratégico para quatro anos, foram entregues as contas da Fundação Albino Mendes da Silva e, curiosamente, estive a analisar as contas. As contas têm sempre resultados líquidos positivos e, isso, do ponto de vista da gestão, é um facto e, para quem critica a gestão, está tudo dito!

Depois dizer: Sabe quem é que nomeou pela primeira vez o Dr. Manuel Garcia para Presidente da Fundação Albino Mendes da Silva? Foi o Sr. Prof. Mário Alves, seu apoiante, porque eu sou do tempo em que estava no Executivo Municipal, e propus o Dr. Manuel Garcia para Presidente da Fundação porque ele ganhou a Junta de Freguesia, e o nome foi rejeitado, e foi eleito o saudoso Prof. Nobre. Quem nomeou o Dr. Manuel Garcia foi o Prof. Mário Alves. Portanto, o Dr. Manuel Garcia, com base num conjunto de critérios, foi

reconduzido na sua função assim como a Junta de Freguesia o nomeou a si Secretário da Fundação Albino Mendes da Silva e o Senhor é hoje Secretário do Dr. Manuel Garcia que tanto repudia e rejeita, e a fábrica da igreja paroquial nomeou alguém e, de certeza, o Município de Seia também nomeou alguém. O Município de Oliveira do Hospital nomeou democraticamente o Dr. Manuel Garcia. Você não gosta mas estes são os factos e são estas as conclusões. Você partiu de premissas falsas e chegou a resultados errados e fez juízos de valor negativos. O Nuno Rafael Dias foi o primeiro Presidente de Junta que eu recebi e recebi-o no lugar onde o Nuno Rafael Dias quis por respeito, consideração e amizade e também podemos introduzir a componente institucional. Dialogámos abertamente e estabelecemos um processo de diálogo, é verdade, mas cabe ao Presidente da Câmara Municipal levar uma proposta à Câmara Municipal.

Você toma esta posição porque não concorda, e eu democraticamente aceito, e cabe-me responder e esclarecer estas razões: O Dr. Manuel Garcia não é militante do Partido Socialista, o Dr. Manuel Garcia tem exercício de gestão positivo, há onze anos, desde dois mil e cinco, que o Dr. Manuel Garcia foi nomeado e é Presidente da Fundação Albino Mendes da Silva e, por isso, é que agora foi reconduzido e já apresentou um plano estratégico para os próximos quatro anos.

Acho que não ficou nenhuma questão por responder.

Quero dizer ainda o seguinte: Saúdo a vitalidade associativa que também os Capítulos das Confrarias trazem ao Concelho de Oliveira do Hospital. Estive nos dois Capítulos. É, mais uma vez, a demonstração da grande vitalidade das nossas tradições culturais e, mais uma vez, o dinamismo das nossas comunidades. Saúdo as Confrarias do Torresmo Beirão, dos Bolos Doces, Aguardentes e Licores, pelo trabalho que têm feito na dinamização, promoção e valorização dos produtos locais de qualidade e, isso, é positivo, isso, é puxar a terra para cima, isso, é puxar o Concelho para cima. E, mais, também saudar a Confraria do Queijo Serra da Estrela e a Confraria do Medronho que, estando neste momento com menos atividades no Concelho, também enriquecem o dinamismo do movimento associativo no Concelho de Oliveira do Hospital.

Relativamente ao Parque dos Marmelos dizer o seguinte: O Parque dos Marmelos vai ser aberto até ao final do mês de julho. Estão a ser feitos alguns ajustamentos, nomeadamente com a questão que diz respeito à instalação e afinação do Parque Canídeo e também com alguns trabalhos que terão que levar à certificação do Skate Parque. Concluídos esses trabalhos estaremos em

condições de abrir o Parque dos Marmelos até ao final do mês de julho. É essa a nossa programação.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Damos por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e passaríamos ao Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, depois de uma breve análise, e sabendo nós que não há inércia por parte deste Executivo, é um Executivo extremamente dinâmico, temos agora 14 % das GOP executadas. Portanto, temos o investimento muito, muito, abaixo daquilo que era expectável. Isto foi a 31 de maio, mês cinco, a 31 de junho, mês seis, pouco mais se terá feito. Portanto, nós temos 14 % de execução, o que eu acho uma taxa demasiado baixa.

Depois, Sr. Presidente, também lhe quero dizer que fala ali num empréstimo que foi feito, salvo o erro, em 2019, aprovado aqui nesta Assembleia em abril e depois retificado. Um empréstimo no valor de três milhões de euros e que está ali com o valor de cerca de dois milhões e setecentos mil euros e que nós não sabemos quando é que foi feito e quando é que foi dado o aval do Tribunal de Contas.

Sabemos que algumas obras estão feitas e outras estão por fazer. Portanto, está por fazer a variante sul, a ligação com a rua Comendador Manuel Rodrigues Lagos e a Avenida Calouste Gulbenkian. Está também por executar a ampliação e reparação do Estádio Municipal, uma infraestrutura ligada ao desporto mas que acabou por não ser feita e, pelo que sei, está já em execução o Centro Municipal de Proteção Civil, que já foi adjudicado e já estão para começar as obras.

A pergunta é muito simples. O empréstimo tinha sido pedido por dois anos. Nós não sabemos ao certo a data de homologação do Tribunal de Contas, mas estão a passar os dois anos, e este empréstimo ainda não está usado porque ainda estão dois milhões de euros no banco. Essa era uma pergunta que eu gostava de ver respondida pelo Sr. Presidente.

Depois, também dizer-lhe que, quando tivemos a intervenção da troika, porque o Primeiro Ministro Socialista levou o País à falência, tivemos um corte de 5 % no FEF. Há data, o Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, disse que queriam acabar com o interior, queriam acabar com Oliveira do Hospital e que não tinha capacidade de gestão de nada. Pelas nossas contas, vai haver aqui uma redução, além de todas as responsabilidades pelas transferências de competências que nos atribuíram ainda nos fizeram um corte de 7,76 %. Gostava também que o Sr. Presidente nos comentasse este valor.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Pensei que o Sr. Presidente iria desenvolver algumas ideias sobre a atividade do Município mas, como não o fez, responderá posteriormente.

O que eu trazia aqui são algumas perguntas, nomeadamente sobre o ponto de situação do Programa de Revitalização do Pinhal Interior. Na altura, lembro-me do Sr. Presidente dizer que não havia orçamento, uma crítica implícita ao PCP, não havia dinheiro para o PRPI, mas, agora, já temos orçamento e até temos uma maioria absoluta. Portanto, gostava de saber se já foi desbloqueado o dinheiro para esse programa e também para quando uma reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia porque é um programa que permite que as Juntas de Freguesia se candidatem diretamente a esses fundos, uma reunião entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para articularmos posições que permitam trazer para o Concelho o máximo de dinheiro em projetos deste programa.

Uma outra nota que queria colocar era sobre a reflorestação: Vêm aí alusões à aprovação de projetos no âmbito do AIGP, do PRGP, também do Fundo Ambiental, e já o coloquei numa outra ocasião e queria reforçar esta ideia. Creio que necessitamos urgentemente de um Plano Integrado de Reflorestação do Concelho e não podemos andar a fazer um bocadinho no Ervedal, a fazer um bocadinho em São Gião, a fazer um bocadinho em Meruge. Tem que haver aqui um Plano Integrado de Reflorestação. É preciso dinheiro para isso e temos que nos bater por ele e há muitas formas de o poder fazer, mas nós também podemos potenciar esse dinheiro. Eu não conheço a estratégia e, se calhar, nem tenho que conhecer, mas não me parece que tenha grande lógica, por exemplo, andar a fazer projetos em áreas descontínuas, aqui um bocadinho, ali um bocadinho. Ou seja, refloresta-se um espaço mas ao lado há material

combustível que liquida num ápice, se as coisas correrem mal, o que foi reflorestado.

Portanto, tem que haver áreas contínuas de reflorestação com espécies endógenas, com espécies que protejam o ambiente e que sejam resilientes ao fogo, e precisamos de discutir isto, e creio que as entidades mais habilitadas para discutir isto são necessariamente os Presidentes de Junta de Freguesia. Creio que todos tínhamos a ganhar se fossemos por aí, porque há um dado que é irrefutável: 95 % da massa florestal do Concelho ardeu. Portanto, temos 95 % do Concelho para reflorestar e precisamos de o fazer com urgência porque cada um de nós observa por onde passamos e o que aparece é a regeneração dos eucaliptos e mato o que é um perigo brutal.

Também queria questionar sobre o atraso na colocação das extensões da rede elétrica. Numa conversa, que são sempre produtivas com o responsável pelo Gabinete das Freguesias, foi dito que a EDP e os seu sucedâneos têm coisas aprovadas já há três anos. Temos que fazer alguma coisa para que isto venha para o terreno. O que é que é preciso? O Sr. Deputado da Nação pode fazer um requerimento na Assembleia da República a perguntar porque é que isso não é concretizado, porque isto prejudica o desenvolvimento do Concelho e o bem-estar das populações e nós precisamos de concretizar isto.

Por fim, a questão da água e do saneamento: Na minha opinião, é um problema que não pode ficar sujeito a respostas como as Águas da Serra da Estrela deram a um cidadão da minha freguesia. Uma coisa de uma arrogância brutal e de um desprezo total pelas necessidades da população. Nós temos que responder às carências da população porque depois vimos aqui todos chorar “lágrimas de crocodilo” porque a população está a diminuir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão do empréstimo dizer o seguinte: O empréstimo foi contratualizado, está no seu período de vigência, estão dois milhões de euros em saldo no banco afetos às obras que referiu, ao Centro Municipal de Proteção Civil, onde já foi assinado o auto de consignação e a obra já começou, a empreitada do Estádio Municipal, que já temos condições para lançar o concurso em julho. Portanto, o dinheiro será aplicado para as finalidades que foi contratado e aprovado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

Relativamente ao PRPI-Plano de Revitalização do Pinhal Interior: Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, recorde-lhe que tivemos aqui uma

reunião com as Juntas de Freguesia onde eu próprio coloquei esse projeto em cima da mesa e o apresentei nas suas linhas mestres para que os Senhores Presidentes começassem a pensar em projetos. Obviamente que assim que houver condições, entenda-se equipa técnica a fazer trabalho de terreno, o Dr. Luís Matias já esteve numa reunião preliminar aqui em Oliveira do Hospital a apresentar o plano ao Executivo. Entretanto, é preciso constituir equipa técnica e é preciso lançarem os avisos de concurso e, como sabe, eu sou o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital eleito e caberá à entidade gestora do PRPI lançar os respetivos avisos de concurso. Uma coisa é certa e segura quando houver condições, isto é, os avisos de concurso estruturados, eles serão apresentados. Ainda, assim, vou recomendar ao gabinete que pegue naquilo que está publicado do PRPI e que remeta a todos os Srs. Presidentes de Junta para que conheçam o normativo legal do programa. Ou seja, quais são os seus objetivos macro, os seus objetivos mais concretos, as suas metas, aquilo que se pode essencialmente fazer e a que respostas o PRPI pretende desenvolver.

Sobre os projetos de reflorestação, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, tem razão. Nós precisávamos de um amplo programa generalizado de reflorestação do Concelho, o instrumento que temos são as Ações Integradas de Gestão da Paisagem.

Na última reunião de Câmara foi aprovado um protocolo de colaboração com a Direção Geral do Território para acabar de fazer o cadastro da propriedade para implementar as oito AIGP, cinco das quais são da responsabilidade do Município de Oliveira do Hospital, e três são da responsabilidade de uma organização de produtores florestais que é a Caule.

Portanto, o que queremos é que rapidamente os programas avancem e que andem no terreno. Haja as condições para eles avançarem! Não se esqueçam que 98 % da propriedade florestal do Concelho é privada e, eu não posso entrar numa propriedade privada, neste momento, e cortar, arrancar e plantar o que me apetece. Haverá outras medidas em marcha, neste momento, relativas ao abandono da propriedade, ações que têm a ver com emparcelamento, ações mais de carácter coercivo e que, dado o abandono da propriedade, vão implicar que se possa agir sobre elas. Ou seja, realizar projetos de rearboreção e reflorestação, e eu sei que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, o caríssimo amigo, João Abreu, é de outra matriz ideológica mas, o direito de propriedade privada, em Portugal, é um valor que sabem o valor que tem.

Relativamente à situação financeira do Município dizer o seguinte: Como habitualmente, e nos termos da Lei, é apresentada para conhecimento dos Srs.

Membros da Assembleia Municipal uma síntese da situação financeira do Município. À data de 31 de maio de 2022 o saldo de operações orçamentais é de três milhões setecentos e sessenta e dois mil cento e seis euros e setenta centimos, sendo que o saldo de gerência a 31 de dezembro de 2021 foi de três milhões oitocentos e setenta e três mil quatrocentos e cinquenta e um euros e quarenta e dois centimos.

É espelhada a execução orçamental com expressão nos primeiros cinco meses de cumprimento do Orçamento para 2022.

A dívida de curto prazo, cerca de duzentos e quarenta e seis mil euros, decorre da dinâmica de pagamento a empreiteiros, fornecedores e entidades beneficiárias de subsídios, cento e sessenta e um mil novecentos e cinquenta e um euros e fundamentalmente da aquisição de prédios para o Centro Histórico e Expansão Sul da Zona Industrial que aguardam a marcação das respetivas escritura, oitenta e três mil setecentos e quarenta e um euros e oitenta e quatro centimos.

Nos passivos financeiros de três milhões seiscentos e quarenta e seis mil e dezanove euros e quarenta e um centimos estão expressos os empréstimos da Caixa Geral de Depósitos de um milhão quinhentos e noventa e um mil oitocentos e sessenta e quatro euros e oitenta e três centimos e do BPI de dois milhões cinquenta e quatro mil cento e cinquenta e quatro euros e cinquenta e oito centimos sendo que, do último empréstimo contraído neste banco, falta ainda utilizar o montante de dois milhões de euros.

Procurámos continuar a fazer uma gestão prudente dos recursos financeiros que continue a permitir a manutenção de um curtíssimo prazo de pagamento aos fornecedores.

Fruto da sua situação financeira o Município de Oliveira do Hospital encontra-se excluído, desde 2018, do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Fundos Disponíveis, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Contudo há sinais de alarme que obrigam a uma reforçada prudência e nos cuidados da gestão financeira: Corte nas transferências do Estado, no valor de setecentos e vinte e quatro mil quatrocentos e trinta e nove euros, vai verificar-se nos meses de julho a dezembro a um ritmo de cento e vinte mil setecentos e trinta e nove euros e oitenta e três centimos por mês;

O aumento exponencial do preço dos combustíveis prevendo-se uma variação em 2022 de mais de 97,8 % face a 2021, despesa em 2021 foi de cento e oitenta e quatro mil e sessenta euros, a despesa realizada até à data acrescida

dos compromissos efetuados no valor de trezentos e sessenta e quatro mil e quinhentos euros;

O aumento exponencial do preço da eletricidade na ordem dos 123 % o que implica um acréscimo do custo do contrato anual de mais de um milhão e cem mil euros;

Pedidos de revisão excecional de preços de empreitadas ao abrigo do novo regime legal na ordem dos novecentos mil euros;

A transferência de novas competências particularmente nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social em que o valor da receita transferida para o Município é insuficiente para fazer face à correspondente despesa e criando naturalmente desequilíbrios evidentes.

Tenho que vos dizer o seguinte: Um aumento no preço dos combustíveis de 97,8 %, face a 2021, menos combustível por mais preço, e, tomem nota, para perceberem o tempo que vivemos, a fatura de eletricidade passou de oitocentos e sessenta e três mil euros para um milhão novecentos e setenta e três mil quatrocentos e sessenta e dois euros e sessenta cêntimos, um aumento de 123 %. Esta situação é insustentável e, ontem, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, todos os Presidentes de Câmara que lá estavam, ficámos deveras preocupados e foi pedida uma reunião à tutela para verificar as condições que temos. Não é o Governo que faz os preços mas eu refiro-me exclusivamente às minhas responsabilidades e não é o Presidente da Câmara Municipal que faz os preços. Fomos comprar eletricidade ao mercado e temos que pagar mais um milhão e cem mil euros do que no ano passado. Esta é a realidade dos factos. Acrescem os novecentos mil euros de revisões de preços das obras que temos em curso e vou dar-vos só alguns indicadores: Redução de receitas de Orçamento de Estado de menos setecentos e vinte e cinco mil euros; A revisão de preços de uma empreitada que temos em curso de quatrocentos e cinquenta e três mil euros, mais o facto de termos uma empreitada que estava orçamentada em noventa e dois mil euros e, neste momento, está em cento e vinte e oito mil euros.

Esta é a realidade económica e financeira do Município, a qual tenho a obrigação com seriedade mas também com confiança de partilhar convosco. São estes os desafios que se colocam ao Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo mas estamos aqui firmes para dar respostas às dificuldades.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento para Atribuição de Apoios a Agregados Familiares Carenciados.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Esta alteração no Regulamento para Atribuição de Apoios a Agregados Familiares Carenciados é para permitir o apoio aos cidadãos migrantes sob proteção nacional, entenda-se os refugiados da Ucrânia, uma vez que o regulamento que está em exercício só permite o apoio a cidadãos residentes no Concelho de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação à proposta de alteração não tenho muito a dizer. É uma proposta de alteração na linha da solidariedade e do acolhimento porque os instrumentos que temos não evidenciam a prática desse comportamento e temos que alterar os regulamentos. Quero falar também de uma situação concreta que prova que assim é: Temos uma situação na minha Freguesia que é absolutamente lamentável. É uma situação de uma criança que é filha de pais Portugueses, que vive no Concelho, e que não pode receber o Apoio Social porque é apátrida, nasceu nos Estados Unidos, veio para Portugal, a embaixada de Portugal não resolve, ninguém resolve, e a Senhora, que tem mais duas filhas, não pode receber o subsídio. Um cidadão, que é filho de pais Portugueses, não tem o mesmo tratamento, não tem o mesmo cuidado, não tem a mesma dedicação que têm pessoas que a gente não sabe de onde é que vêm, quem são, e que necessidades têm. Estes têm necessidades objetivas, conhecidas, transmitidas. O mesmo se passa com as irmãs, que vêm de Meruge para Oliveira do Hospital mas a mãe tem que suportar o transporte porque não conseguimos ultrapassar a burocracia que permita que essas crianças tenham subsídio de transporte. Isto é inadmissível quando nos disponibilizamos a gastar milhões de euros no acolhimento a pessoas que não conhecemos, e não é que não mereçam, e aqueles que são nossos, que estão perto de nós, que a gente conhece as necessidades, não têm esse tratamento.

Vou votar favoravelmente a proposta de alteração mas com a recomendação para que estes dois casos sejam tratados pelo Município.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Não vou fazer nenhum juízo de valor sobre o acolhimento de cidadãos sob proteção internacional, conhecidos vulgarmente como refugiados.

Dizer que aquilo que estamos a gastar é objeto de uma candidatura a um fundo, que tem a ver com financiamento europeu no âmbito de um programa europeu para acolhimento de cidadãos refugiados. Portanto, vamos apresentar o investimento que temos feito no acolhimento desses cidadãos para que possamos ser comparticipados nessas despesas.

Relativamente à família e à questão da criança apátrida dizer que era de todo o interesse marcarmos uma reunião.

Relativamente à Ação Social do Município, nós temos a nossa elasticidade e temos o nosso bom senso, no quadro do nosso regulamento, mas outras matérias que têm a ver com a Segurança Social têm regras nacionais que estão estabelecidas e que são sempre passíveis de alteração, naturalmente.

Dizer ainda que estamos disponíveis para receber a família, analisar a situação, e perceber de que forma a Ação Social Municipal pode responder às necessidades concretas e que estejam contempladas no regulamento.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de alteração ao Regulamento para Atribuição de Apoios a Agregados Familiares Carenciados, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Apesar deste corte orçamental que se concretizou de acordo com a Lei das Finanças Locais, no valor de setecentos e cinquenta e quatro mil euros, após concertação e diálogo com os Srs. Presidentes de Junta este é o valor consensualizado e que foi objeto de compromisso e que vamos transferir para efeitos de despesas de capital com o respetivo protocolo em anexo e que vamos

distribuir a cada uma das Freguesias e Uniões de Freguesia. Ou seja, mantemos uma relação de confiança e parceria com os Srs. Presidentes de Junta para que possam desenvolver as suas atividades com autonomia de decisão, autonomia financeira e cooperação com a Câmara Municipal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto III dizer que vou repetir aquilo que já anteriormente foi dito destas transferências do Executivo Municipal para as Freguesias. Esta verba tem a ver com as despesas de capital.

Sr. Presidente, obviamente que aqui tenho que fazer justiça a este Executivo Municipal, como também tenho que fazer justiça ao Executivo Municipal e ao Presidente que antecedeu este Executivo, porque todos nós sabemos, especialmente quem anda aqui há mais tempo, o que eram as transferências para as Juntas de Freguesia antes de 2009 e aquilo que passaram a ser a partir de 2009, e a maneira como funcionavam os anseios dos Srs. Presidentes de Junta do nosso Concelho. Era virem aqui a estas escadas, não sei quantas vezes, e algumas das vezes nem recebidos eram, “tirar o chapéu” ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e, depois, dependia da disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou inclusivamente se o Presidente da Junta era da sua cor política, ou não, entre outras coisas que eu não quero dizer.

Tudo isto mudou! Tudo isto mudou, e bem, a partir de 2009 com o Executivo do Prof. José Carlos Alexandrino, e mudou em consenso com os Presidentes de Junta, independentemente da sua cor política. Portanto, este paradigma mudou e chegámos até a esta data exatamente na mesma situação, no mesmo tipo de política, que se iniciou em 2009.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, dou-lhe os meus parabéns por continuar neste caminho e nesta política, apesar de haver algumas vozes da oposição que são contra estas transferências, e nestes montantes, para as Juntas de Freguesia. Nós sabemos quem são, estão identificados, e já anteriormente se manifestaram. Mas já anteriormente o disse aqui: Um dia destes vou deixar de ser Presidente de Junta de Freguesia, logicamente que não posso, nem quero, eternizar-me no lugar, mas espero que o Executivo que vier a seguir a este, seja ele qual for, que não tenha a veleidade de ir por outros caminhos que não sejam estes com as Juntas de Freguesia. Espero bem que isso nunca venha a acontecer e que esta política seja continuada futuramente, seja por quem for, porque temos

de valorizar os Presidentes de Junta de Freguesia. Os problemas que existem nas Freguesias são pequenos problemas, e nós sabemos, mas isto é uma forma de os Presidentes de Junta os irem resolvendo.

Portanto, Sr. Presidente da Câmara Municipal, só lhe quero dizer, parabéns por continuar com esta política porque este é efetivamente o melhor caminho.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre isto, a minha posição também é conhecida. Sou dos que acho que o dinheiro que é transferido para as Juntas de Freguesia é muito pouco. Há quem defenda, e eu corroboro, que é melhor este do que nenhum mas, nós, com este quadro de transferências, estamos a contribuir decisivamente para a macrocefalia deste Concelho.

Falou-se na perda de população do Concelho mas o mais grave é a perda de população nas Freguesias. A perda de população nas Freguesias deve-se em grande medida pela incapacidade das Juntas de Freguesia de darem resposta aos anseios daqueles que lá querem ficar porque não têm meios financeiros para o fazer.

Já falei, aqui, sobre a questão da habitação e da recuperação de casas para oferecer aos jovens das nossas Freguesias, não fechar escolas, não fechar Jardins de Infância, porque, se lá temos jovens, temos que ter infraestruturas onde as suas crianças estejam, possam brincar, etc, etc.

O que estamos aqui a ver é de facto esta coisa, e fiz umas contas rápidas, e na Freguesia de Oliveira do Hospital, obras em curso ou acabadas há pouco tempo, há um investimento de mais de vinte e um milhões de euros. Quer isto dizer que para as Freguesias atingirem este montante, com as transferências dos duzentos e cinquenta e quatro mil euros, precisavam de setenta e oito anos, e mesmo que seja depois com a outra verba que vem a seguir, os setecentos mil euros, para atingirmos estes vinte e um milhões de euros precisávamos, em números redondos, de vinte e oito anos.

Portanto, nós estamos a falar num Concelho, o Sr. Presidente gosta de utilizar a expressão “pensar a cidade”, e eu até acho isso interessante. Não podemos pensar a cidade sem pensar o Concelho e pensar o Concelho é pensar no apoio que temos que dar às Freguesias para que elas com os meios próprios possam resolver os problemas que se lhes deparam. Já falei aqui de várias situações. Por exemplo, agora, o limpa sebes chegou à entrada da Freguesia de

Meruge e não avançou para fazer a limpeza e porquê? Não foi por discriminação, é porque as bermas estavam limpas porque a Junta de Freguesia mandou-as limpar no perímetro da Freguesia. Ora, se tivermos mais dinheiro, somos capazes de fazer mais coisas, e bem feitas, e mais baratas, mas temos que ter mais dinheiro.

Vou dizer isto, e não é por demagogia: Há um clube de futebol do nosso Concelho que recebe quase tanto dinheiro como as dezasseis Freguesias do Concelho, e temos que pensar nisto! É muito importante o apoio ao desporto, é importantíssimo, mas temos que ter moderação, temos que ter conta, peso e medida, e as Freguesias têm que ter mais dinheiro para fazerem mais coisas para termos um Concelho mais desenvolvido, para termos melhores respostas sociais, melhores respostas culturais para a nossa população para que ela também cresça e não diminua, como tem acontecido.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao investimento na Cidade de Oliveira do Hospital, quero dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge o seguinte: O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, sabe, com certeza, que este investimento em Oliveira do Hospital veio de uma coisa que se chama PEDU-Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. É preciso perceber que se não viesse este dinheiro para Oliveira do Hospital ele não ia para Meruge, nem ia para as outras Freguesias, e, digo-lhe mais, ele só existiu porque quando se estava a fazer o PROT-Centro houve alguém que introduziu um conceito de eixo central entre Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, e, isso, foi fundamental. E, por isso, quero dizer-lhe que os Concelhos que tiveram PEDU, e que para mim foi um orgulho enorme como Presidente e para o meu Executivo, foram só, a nível da Região Centro, e muito clamou a Pampilhosa da Serra porque não teve, assim como Arganil, Tábua e outros. Só houve quatro Concelhos que tiveram acesso a este programa financeiro. Os Concelhos foram: Oliveira do Hospital, Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede. Foram estes quatro Concelhos que tiveram acesso e este dinheiro e se ele não é empregue na cidade de Oliveira do Hospital ele também não melhorava as Freguesias.

Eu não estou contra as suas reivindicações mas queria só explicar-lhe porque é que há este investimento. Ainda bem que há um Executivo que não o

perdeu. O investimento no seu total até ainda foi mais do que vinte e um milhões de euros.

Até lhe vou dizer mais: Eu fui o último a assinar este programa financeiro do PEDU, em termos da Região Centro, com a CCDR, porque foi uma negociação difícil para se conquistarem estas verbas.

Este PEDU foi muito bem negociado e ainda bem que a cidade de Oliveira do Hospital foi contemplada porque com estas obras na Cidade de Oliveira do Hospital libertamos verbas do orçamento municipal para podermos fazer outras.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal pedia-lhe alguma benesse para clarificar algumas palavras que foram ditas nas intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e que têm a ver com alguma confusão, espero que não tenha sido deliberada, sobre as minhas palavras, relativamente ao pedido que fiz da listagem das empresas. Eu, aqui, não pedi qualquer tipo de dado confidencial, eu pedi dados que são públicos, não pedi planos de negócios ou outros dados mais específicos das empresas. Portanto, gostaria que isto ficasse claro. Também perguntei se tinham alguma previsão do número de postos de trabalho que iam ser ali criados porque, isso, é o que verdadeiramente interessa aos Oliveirenses.

Sobre o relatório da Bloom Consulting, também não me alongando muito, mas é caricato, porque, por um lado, às vezes, valoriza-se o mesmo relatório, outras vezes, e diz mesmo que é um bocadinho como as sondagens, valem o que valem, e, se calhar, até tinha razões, segundo a sua lógica que acha que eu só trago aqui o relatório da Bloom Consulting quando me dá jeito. Poderia até dar-me jeito desta vez porque, por exemplo, a nível da categoria de negócios nós descemos. Eu sei que isto pode não soar muito bem mas, isto, são factos. Acho que contra factos não há argumentos.

Quanto ao Ponto III dizer o seguinte: Nunca ouvi, aqui, a oposição ser contra a transferência de verbas para as Freguesias e, aqui, falo em nome do PSD, e nunca nos manifestámos contra. Antes pelo contrário, achamos até que qualquer euro que seja transferido para as Freguesias, temos a certeza absoluta, que será bem gerido pelas Freguesias.

Portanto, esta narrativa de que a oposição é contra, nós já conhecemos essa narrativa, mas não tem de facto aderência à realidade.

Votaremos favoravelmente o Ponto III.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Neste momento está em estruturação aquilo que será o próximo Programa Operacional para a Região Centro e aquilo que é a posição de princípio da CIM no processo de negociação para a implementação das verbas na Região, e eu já apresentei esse princípio na reunião do Executivo e, agora, partilho-o aqui na Assembleia Municipal, a expectativa é alargar para fora dos centros urbanos, entenda-se a sede do concelho, seja aquilo que antes se designava por PEDU, seja aquilo que antes se designava por PARU, que são uma espécie de PEDU de menor dimensão financeira. Portanto, a expectativa é que possamos alargar para além das sedes do concelho.

Agora, há aqui um facto, os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano entram no item de política de cidade, foi um instrumento a que pudemos aceder no anterior Quadro Comunitário, como aqui referiu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e bem, e é bom que falemos todos a mesma linguagem. Aquilo que nós desejamos é que haja elasticidade na aplicação dos fundos para além daquilo que seja a sede de concelho. Isso é desejável.

Vou dar uma nota daquilo que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal conhece bem do tempo de Presidente de Câmara Municipal: Nós tentámos estender o PEDU à Bobadela. Propusemos uma área de reabilitação e uma operação de reabilitação urbana para estender o PEDU até à Bobadela. Só que, na altura, foi uma medida inteligente para dar elasticidade ao PEDU mas não foi validada a operação, mas não deixámos de nos esforçar por estender ou tornar mais elásticos os instrumentos financeiros. O PRPI visa chegar às intervenções nas Freguesias, os instrumentos do PRODER não podem ser aplicados nas Freguesias urbanas apenas nas Freguesias rurais. Portanto, isso tem a ver, muitas vezes, com a regulamentação e com a aplicação dos fundos por via do aviso de concurso e das condições de acesso e respetivas elegibilidades. Há um período para negociarmos e para nos debatermos por determinado tipo de programas e pelas condições de acesso e esse período de negociação é fundamental.

Agora, a verba que referiu, resulta daquilo que foi aqui explicado, eram verbas para aplicar na política de cidades no eixo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Relativamente ao apoio às Freguesias, aos duzentos e cinquenta e quatro mil euros transferidos para as Juntas de Freguesia: Não fossem os constrangimentos que vivo todos os dias, porque não é fácil receber a notícia que vamos pagar um milhão e cem mil euros a mais de eletricidade no próximo ano porque este valor vai comer ao orçamento municipal. Não é fácil ter um aumento de combustíveis, até ao momento, de quase 100 %. Estes aumentos vão beber ao Orçamento Municipal. Revisões de preços que estão quase a chegar também vão beber ao Orçamento Municipal. Isto é uma preocupação que aflige o Executivo e temos que lidar com esta realidade todos os dias.

Portanto é preciso gerir esta casa com prudência, com equilíbrio, com visão de futuro e não podemos parar.

Passar de oitocentos e noventa e três mil euros de custo de eletricidade para acima de um milhão e novecentos mil euros, um acréscimo de um milhão e cem mil euros, convenhamos que não há Orçamento que resista. E, esta, é a realidade com que temos que viver e, eu assumo esta responsabilidade toda, nesta tormenta de conduzir o navio, e não vou ter quebras de ânimo. Estes são os dados e é com estes dados que temos que gerir o Município, com rigor, com prudência e com todos os cuidados e, isso, é certo.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, da proposta de Recursos a Transferir para as Freguesias, em 2023, que acompanham as novas competências transferidas.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Dar-vos apenas uma nota introdutória ao processo de transferência de competências dos Municípios para as Freguesias porque a Administração Central transfere a Ação Social, Saúde e Educação para os Municípios mas também há aqui uma relação neste momento de transferência de competências,

por via legal, que na prática não altera a relação que existe, que é uma relação de cooperação, que neste momento vai ganhar um formato legal.

Os Srs. Presidentes de Junta vão continuar a fazer aquilo que já faziam, simplesmente aquilo que vai acontecer é que ficam com uma moldura legal que dá cobertura ao exercício destas competências e vão ter a correspondente dotação financeira. Isso quer dizer que, depois do processo estar concluído ele será comunicado à DGAL e, no próximo ano, o valor associado à transferência de competências será retirado ao Orçamento do Município e será carregado diretamente no Orçamento das Freguesias.

O Município, como vos disse, teve um corte de setecentos e vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e três euros e catorze cêntimos, as Freguesias têm um acréscimo de financiamento proveniente do Orçamento de Estado de 24 %, ou seja, passaram de setecentos e oitenta e seis mil oitocentos e dezassete euros para novecentos e setenta e oito mil oitocentos e quarenta e seis euros, um acréscimo de cento e noventa e dois mil e vinte e nove euros. Este valor associado às competências irá sair do Orçamento Municipal após comunicação à DGAL e irá diretamente para as Juntas de Freguesia.

O objetivo é cumprir legalmente e formalmente o estipulado no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias.

Para tal a Câmara Municipal e todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Oliveira do Hospital, nas diversas reuniões mantidas sobre a matéria, consideram que se encontram reunidas as condições para a transferência de competências previstas nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, as quais aliás já constavam ao longo dos anos dos Acordos de Execução que a Câmara Municipal contratualizou com as Juntas de Freguesia.

Neste sentido ficou também acordado que os recursos financeiros afetos às transferências de novas competências para as freguesias pelos municípios, serão exatamente iguais aos que já se encontravam nos acordos de execução respeitantes às mesmas matérias.

Para concretizar a transferência de competências, é necessária a deliberação favorável das respetivas Assembleias de Freguesia, processo que se encontra em desenvolvimento nas várias Freguesias do Concelho, findo o qual deverão comunicar a respetiva deliberação ao Município.

Para formalizar a respetiva transferência, será posteriormente celebrado entre o Município e as Freguesias, o auto de transferência dos mesmos, que aqui

se traz a apreciação e votação da Assembleia Municipal, e que prevê expressamente a identificação e quantificação dos recursos financeiros que são transferidos para a freguesia.

De referir que, logo que este processo se encontre formalmente concluído pelos respetivos órgãos, será comunicada à DGAL a transferência de competências e os recursos financeiros afetos à mesma.

Esta transferência terá formalmente início no ano de 2023, sendo que durante o ano de 2022, se manterão em vigor os acordos de execução anteriormente celebrados, bem como os valores financeiros a transferir.

Este é um processo que tem vindo a ser acompanhado através do Gabinete de Apoio às Freguesias e que brevemente estará concretizado para arranque e implementação a partir de janeiro de 2023.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que fez a seguinte intervenção:

“Este ponto IV é, nem mais, nem menos, uma evolução dos tempos e resulta do Ponto III só que vai ser feito automaticamente.

É lógico que o PSD vê como positiva esta transferência de verbas para as Freguesias, contudo nós temos que pensar uma coisa: Nos últimos treze anos o Executivo tem sido PS e mal feito fora que nestes treze anos não houvesse qualquer evolução. A evolução que houve, fruto também da evolução dos tempos, desta transferência de dinheiro para as Freguesias, para nós parece-nos normalíssima. Já menos normal me parece que certas pessoas insistam em vir aqui todos os anos dizer as mesmas coisas e as palavras são sempre estas em tom ameaçador: “*Há aí gente do PSD que não concorda, atenção!*”.

Meus amigos, o PSD concorda e não venham mais fazer tristes figuras para aqui, nem venham mais com tons ameaçadores. O PSD sempre votou favoravelmente a transferência de verbas para as Freguesias.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Primeira questão: Aquilo que me parece é que o Deputado João Brito está a fazer alguma confusão. Isto não tem nada a ver com o Ponto III, são coisas completamente distintas.

O Ponto IV tem a ver com passar a consagrar-se legalmente e de uma outra forma as transferências de competências das Freguesias e passar essas competências diretamente do Orçamento de Estado sem passar pelas Câmaras,

transferências que já eram efetuadas, já eram trabalhos realizados pelas Freguesias e que a Câmara Municipal apoiava.

O Ponto III não tem nada a ver com isso, apesar de haver uma coincidência em termos de valores. O Ponto III tem a ver com um apoio às despesas de investimento que as Freguesias deverão fazer, e são coisas completamente diferentes. O que, aqui, hoje, estamos a votar, não é a entrega de quase duzentos e cinquenta e cinco mil euros às Freguesias, são quase quinhentos e dez mil euros, em situações diversas, metade para a realização de despesas de investimento, estando subjacente a isso um protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e a outra é uma transferência de competências e que não tem nada a ver uma situação com a outra.

Agora, há aqui qualquer coisa estranha e de facto tem toda a razão quando diz que já começa a faltar algum tipo de atitude, mas isso é para todos.

Estou a esclarecer a Assembleia de uma confusão que o Deputado João Brito aqui veio causar e que é dizer textualmente que o Ponto IV decorria do Ponto III. Não, não é verdade, é mentira, e basta ver a informação e a documentação que nos foi fornecida.

Finalmente, dizer efetivamente que, no momento em que nós nos vemos, com menos dinheiro por parte da Administração Central, com menos transferências, um aumento da fatura de matérias-primas e combustível, um aumento daquilo que vai ser a fatura elétrica no valor de 123 % e, além do mais, nas revisões extraordinárias das obras em curso, atenção que também terão que ser extrapoladas com obras que ainda não estão em curso mas que estão já planeadas, e cujos financiamentos já estão assegurados e a Câmara Municipal também tem que ter a sua própria participação, e um Executivo da Câmara Municipal também tem que ter a sua própria participação, e um Executivo da Câmara Municipal honrar a palavra que teve com os Srs. Presidentes de Junta e vir aqui e não retirar um único cêntimo àquilo que foi acordado, é de louvar. É isso que estou aqui a fazer, e não estou aqui para contrariar quem cá vem, estou eventualmente para esclarecer, para louvar o que deve ser louvado e para criticar o que deve ser criticado.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, da proposta de Recursos a Transferir para as

Freguesias, em 2023, que acompanham as novas competências transferidas, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezoito horas e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segunda Secretária)
